



Handwritten signature

Handwritten signatures and initials

Handwritten signatures and initials

Relatório de Gestão

2009

Índice

1. Introdução	4
2. Organização do Município	5
2.1 Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo	5
2.2 Câmara Municipal – Órgão Executivo	5
3. Recursos Humanos	7
3.1 Introdução	7
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2005/2009	7
Análise de dados por Vínculo:	8
Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ grupo profissional/ género	9
Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência	11
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade	11
Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilitações Literárias	12
3.3 Absentismo	14
3.4 Recrutamento e Selecção	15
3.5 Formação Profissional	16
3.6 Iniciativa de Emprego 2009	18
Contratos Emprego -Inserção:	18
Estágios Qualificação -Emprego:	18
Estágios Profissionais e Curriculares	19
Situação Económica/ Financeira	21
Introdução	21
4. Análise da Execução Orçamental	22
4.1 Análise Geral	22
4.2 Receita	26
Estrutura e Evolução	26
Execução Orçamental	31
4.3 Despesa	35
Estrutura e Evolução	35
Execução Orçamental Despesa	42
Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)	45
Despesa com o Pessoal	47
Fundo Social Municipal	51
Transferências Correntes e de Capital	53
Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:	54
Aquisição de Bens de Capital	55
4.4 Equilíbrio Orçamental	59
Saldo da Gerência	59
4.5 Indicadores Estatísticos	61

4.6 Endividamento.....	62
Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	62
Limite Legal Endividamento Líquido Municipal.....	63
5. Balanço e Demonstração de Resultados	68
Balanço.....	68
Demonstração de Resultados.....	74
Custos	75
Proveitos	75
6. Aplicação de Resultados	77
7. Factos relevantes ocorridos após o exercício	78
8 - Contabilidade de Custos	79
9. Considerações Finais	82

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
RPM

[Handwritten signature]
H

1. Introdução

O Órgão Executivo apresenta em conformidade com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro as contas relativas ao exercício de 2009.

O dimensionamento deste relatório dá cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), bem como ao ponto 13 das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL).

A prestação de contas no seio da Administração Local e no âmbito do actual regime contabilístico, é o momento de balanço de toda a actividade desenvolvida pelo Executivo ao longo do ano de 2009, em respeito pelas suas atribuições e competências definidas ao abrigo da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

O impacto destas actividades são reflectidas em sede deste Relatório de Gestão e nas demais Demonstrações Financeiras exigidas por lei, nomeadamente os Mapas de Execução Orçamental, Mapa de Fluxos de Caixa, Balanço, Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

Em função do relato financeiro da situação económica e financeira do Município de Arganil, os demais *stakeholders* exercerão variadas formas de controlo: Político (Assembleia Municipal), Administrativo (Direcção Geral das Autarquias Locais, Inspecção Geral da Administração Local, ...), Jurisdicional (Tribunal de Contas) e Social (Munícipes e Público em Geral)

Dos conteúdos objecto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, e à situação financeira, relevando a execução orçamental através do qual são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2009, com especial destaque para a execução das Grandes Opções do Plano.

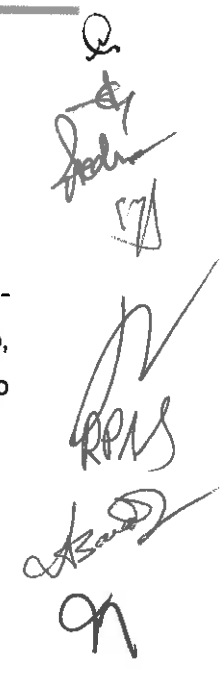
Recorreu-se à elaboração de quadros e gráficos para melhor evidenciar os dados tratados em cada capítulo. Para uma melhor percepção e comparação das variáveis mais significativas da gestão Municipal apresentam-se também elementos relativos à execução de anos anteriores.



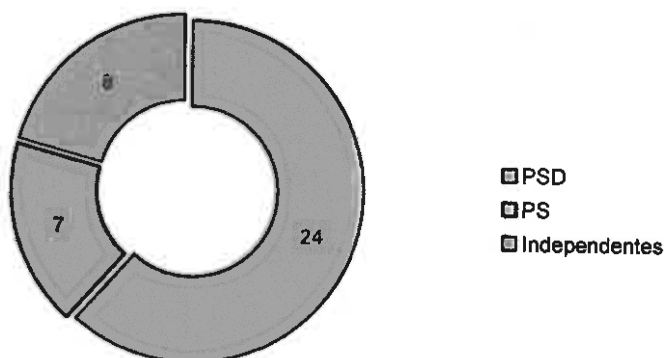
2. Organização do Município

2.1 Assembleia Municipal – Órgão Deliberativo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 39 membros, dos quais 21 são eleitos directamente e os restantes 18 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.



Composição Assembleia Municipal a 31-12-2009

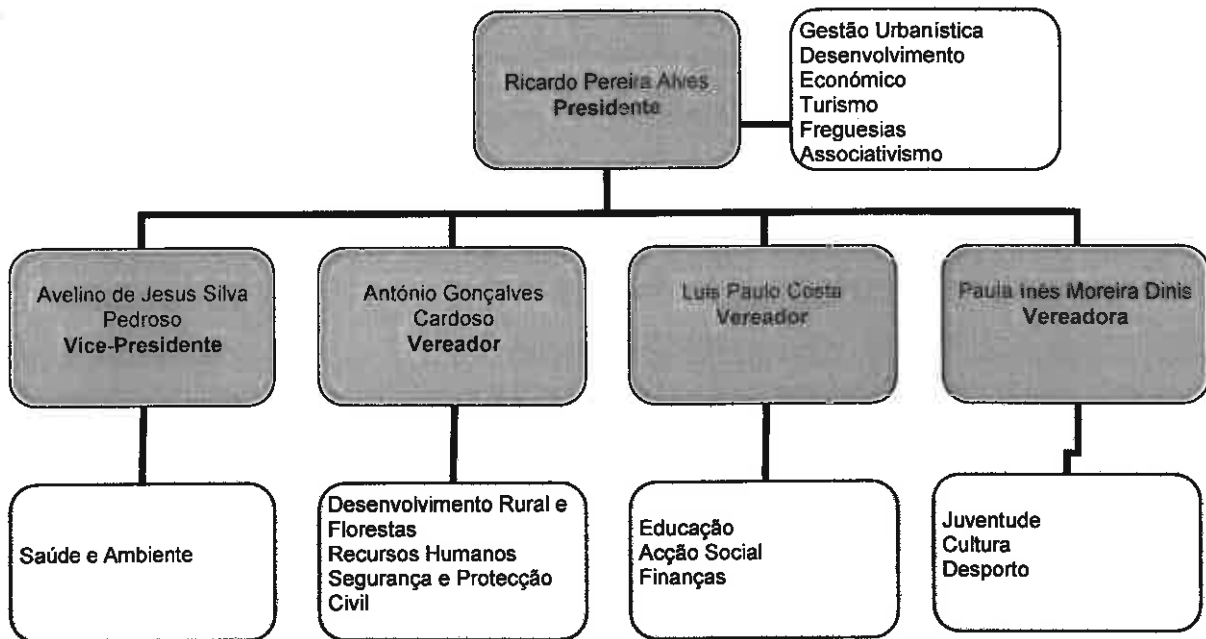


De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009, a Assembleia Municipal realizou 6 sessões ordinárias: 28 de Fevereiro, 18 de Abril, 27 de Junho, 19 de Setembro, 26 de Outubro (tomada de posse) e 19 de Dezembro, e uma extraordinária a 28 de Novembro.

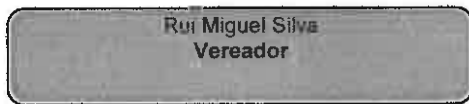
2.2 Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2009 a Câmara Municipal efectuou 24 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias.



Vereadores sem Pelouros Atribuídos



Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:

Chefe de Gabinete: Paulo José Gomes Rodrigues, Eng.

Secretária: Maria José de Oliveira Nobre

3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

O ano de 2009 foi profundamente marcado pelo contexto de mudança que atravessou toda a Administração Pública portuguesa, não deixando de fora os Municípios que assim exigiram mais da sua organização e dos seus trabalhadores.

A concretização das diversas vertentes da reforma foi quase total, no âmbito da gestão das pessoas e dos serviços foi imperioso a Autarquia adaptar-se ao novo regime do emprego público, intensificar a utilização das tecnologias da informação e comunicação, revalorizar as metodologias da nova gestão pública e focalizar cada vez mais o serviço público para os cidadãos.

A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2009 foi direccionada para a sua própria reestruturação e adequação aos novos regimes jurídicos, incidindo ainda na consolidação da despesa na área e na aposta na melhoria das competências e qualificação dos seus trabalhadores para a prestação de serviços ao munícipe com maior qualidade.

A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2009, evidencia o anterior e as crescentes responsabilidades da Autarquia consequentes da prossecução das suas atribuições e competências.

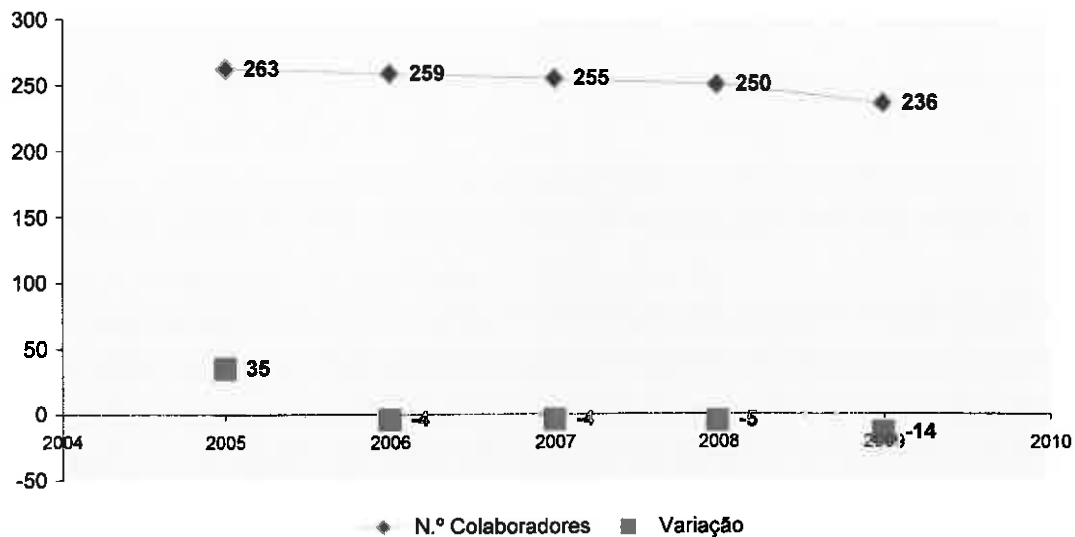
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2005/2009

Ao longo dos últimos cinco anos foi registada uma diminuição do pessoal ao serviço da Autarquia.

Relativamente ao ano de 2009, verificou-se um decréscimo de 14 trabalhadores, perfazendo 236.

Quadro Comparativo 2005/2009									
	2005	2006	Var.	2007	Var.	2008	Var.	2009	Var.
Nomeação Definitiva	202	200	-2	186	-14	185	-1	178	-7
Contrato Administrativo de Provimento	4	1	-3	0	-1	0	0	0	0
Contrato de Trabalho por tempo indeterminado	0	2	2	11	9	22	11	22	0
Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo	48	41	-7	41	0	40	-1	33	-7
Requisições a Outros	1	1	0	1	0	0	-1		
Requisições para Outros	0	0	0	0	0	1	1		
Destacamentos	0	0	0	2	2	0	-2		
Cedência Especial CMA	0	1	1	1	0	0	-1		
Cedência Especial Outros	0	1	1	1	0	1	0	2	0
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	7	11	4	12	1	1	-11	1	0
	262	258	-4	255	-3	250	-5	236	-14

Evolução n.º colaboradores 2005/2009



Análise de dados por Vínculo:

- Colaboradores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado = 75,43%;
- Colaboradores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado = 9,32%;
- Colaboradores em regime de contrato de trabalho com termo resolutivo certo = 13,98%;
- Colaboradores em regime de contratos de prestação de serviços = 0,42%;
- Colaboradores em regime de mobilidade interna = 0,85%.

Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que em 2009 existiu uma diminuição no número de colaboradores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (ex-nomeação definitiva). Este facto é originado pela crescente tendência da desvinculação dos trabalhadores da Administração Pública através da saída por aposentação, quer antecipada, quer por situações de invalidez. Face ao aumento da idade da reforma, à aplicação de consideráveis penalizações para as aposentações antecipadas, à mudança do sistema de carreiras e à alteração do estatuto remuneratório, os trabalhadores ponderam a sua situação e concluem que não é compensatório manterem-se em exercício de funções optando pela cessação da sua relação jurídica de emprego público.

Atendendo às actividades cometidas à Autarquia na área da Educação, verifica-se que 48,49% dos colaboradores em regime de contrato de trabalho com termo resolutivo certo desempenham funções nesse âmbito, distribuídos pelos dois Agrupamentos de Escolas do Concelho de Arganil e 18,19% são colaboradores que exercem as suas actividades sob a supervisão das Juntas de Freguesia.

As situações de cedência especial e requisição a outras entidades deram lugar, por força da Lei nº12-A/2008, de 27/02, a duas situações de mobilidade interna que previsivelmente obterão o seu termo no ano de 2010, em virtude da ocupação de postos de trabalho nas entidades onde os dois trabalhadores exercem funções.

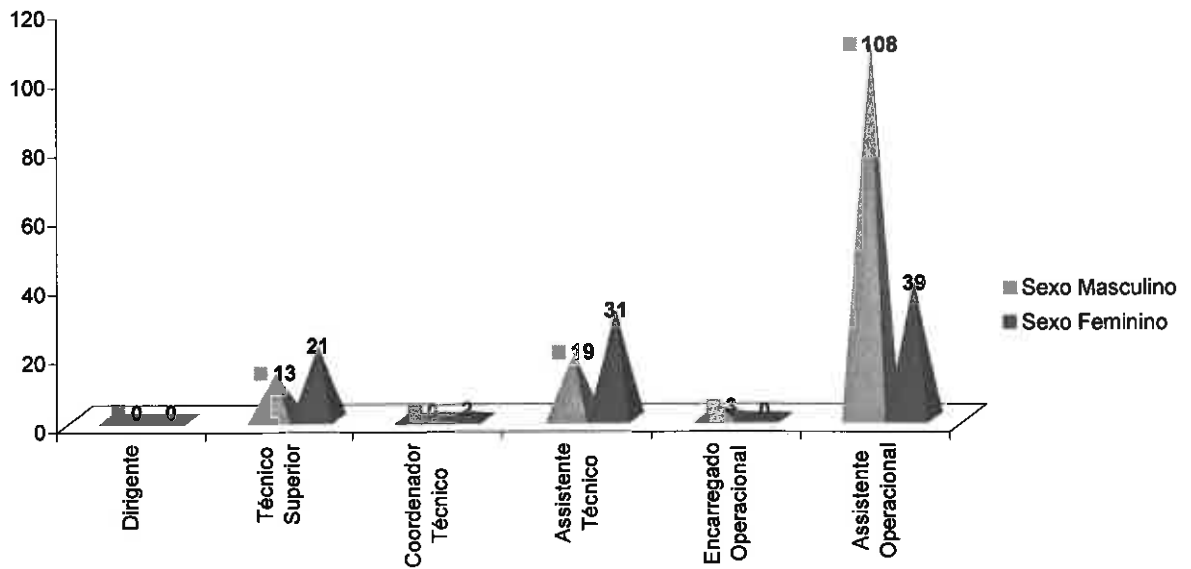
A situação existente do colaborador em regime de prestação de serviços na área de advocacia é excepcional e persiste nos termos obrigatórios por lei.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo vínculo/ grupo profissional/ género

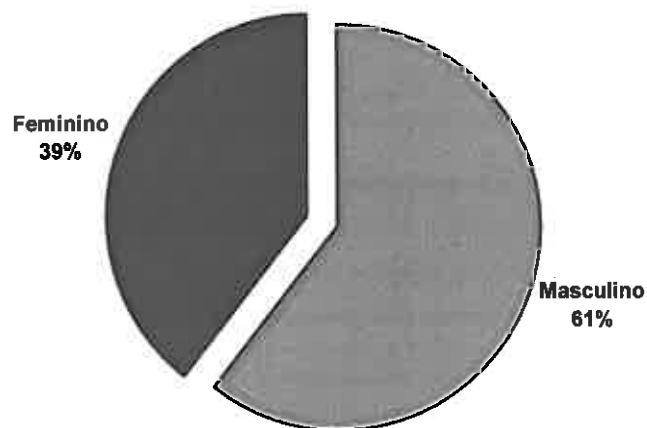
Pessoal com relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado			
Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	9	16	25
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	19	28	47
Encarregado Operacional	3	0	3
Assistente Operacional	95	30	125
Total	126	76	202

Pessoal com relações jurídicas de emprego público por tempo determinado e em regime de Prestação de Serviços			
Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	4	5	9
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	0	3	3
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	13	9	22
Total	17	17	34

N.º de Colaboradores total do Município por género e por grupo profissional



Género dos Colaboradores do Município de Arganil



Quanto ao género, 61% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 39% do género feminino, sublinhando-se que 46% dos colaboradores do género masculino pertencem à categoria de Assistente Operacional; 62% dos colaboradores da categoria de Assistente Técnico e 62% dos colaboradores da categoria de Técnico Superior são do género feminino.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência

Analisando agora os recursos humanos quanto ao grau de deficiência, verifica-se que dos 236 colaboradores do Município de Arganil, 0,85% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos grupo profissional e grau de deficiência

Grupo de Pessoal	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Dirigente	0	0	0
Técnico Superior	0	0	0
Coordenador Técnico	0	0	0
Assistente Técnico	0	0	0
Encarregado Operacional	0	0	0
Assistente Operacional	1	1	2
Total	1	1	2

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o vínculo, género e a idade

Intervalo de Idades	Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado		Contrato de trabalho por tempo indeterminado		Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo		Prestações de Serviços		Mobilidades Internas		Total Masculino	Total Feminino
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
(18-25)	0	0	0	1	1	4	0	0	0	0	1	5
(26-35)	9	13	5	5	7	6	0	0	0	0	21	24
(36-45)	32	27	2	4	2	4	1	0	0	2	37	37
(46-55)	58	17	2	0	5	2	0	0	0	0	65	19
(56-65)	17	7	0	0	1	1	0	0	0	0	18	8
(66-70)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Total	117	64	9	10	16	17	1	0	0	2	143	93

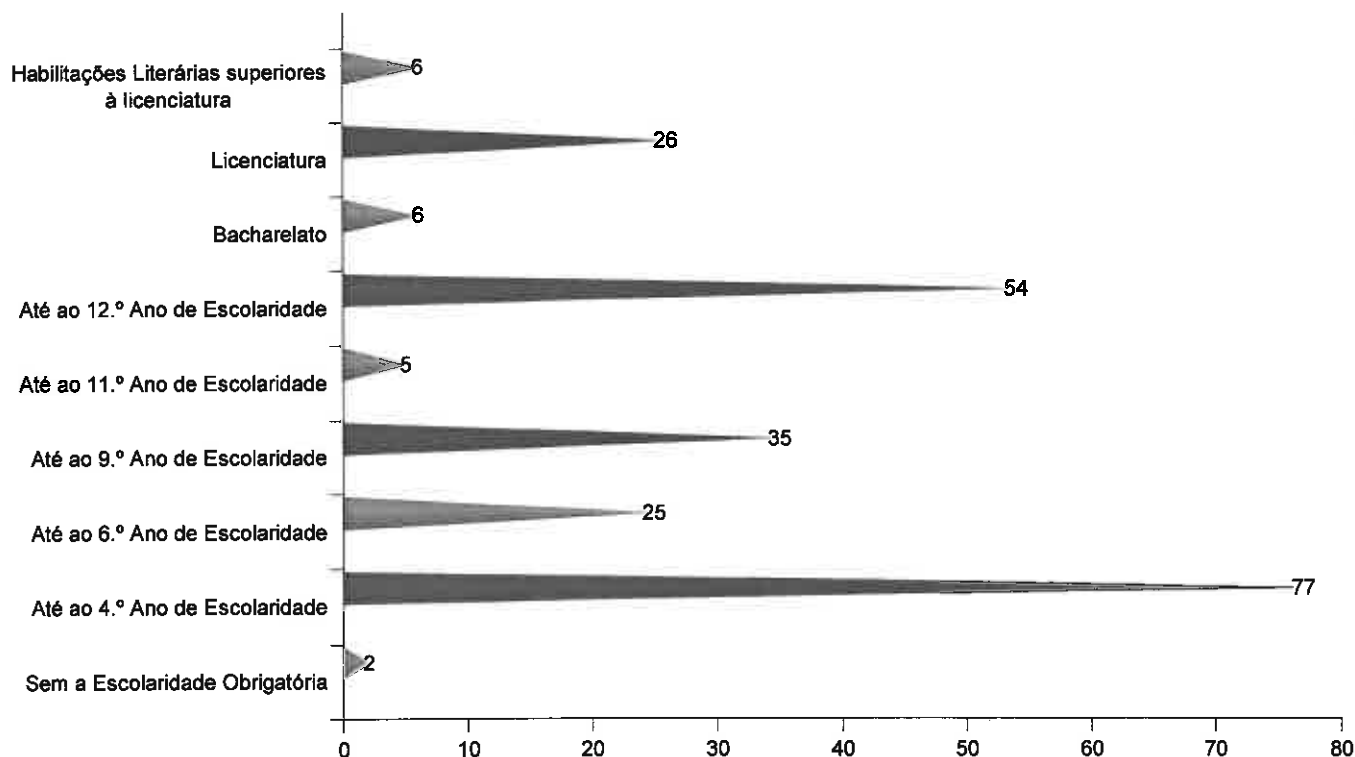
Atendendo ao quadro anterior, verifica-se que 66,95% dos colaboradores do Município de Arganil possuem entre 36 e 55 anos de idade e nesse intervalo, 64,56% são colaboradores do género masculino. Por outro lado, nos intervalos inferiores a 36 anos, mais de metade dos colaboradores são do género feminino.

A média etária dos colaboradores ronda os 50 anos. De acordo com a presente estrutura etária e considerando o tempo de serviço de cada colaborador, é de esperar que nos próximos 5 anos se desvinculem por aposentação antecipada ou invalidez 2 colaboradores por ano.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo o Vínculo, Género e as Habilitações Literárias

Habilitações Literárias	Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado		Contrato de trabalho por tempo indeterminado		Contrato de Trabalho com termo resolutivo certo		Prestações de Serviços		Mobilidades Internas		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Sem Escolaridade Obrigatória	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Até ao 4.º Ano	59	5	3	2	8	0	0	0	0	0	70	7	77
Até ao 6.º Ano	20	4	1	0	0	0	0	0	0	0	21	4	25
Até ao 9.º Ano	12	11	1	2	3	6	0	0	0	0	16	19	35
Até ao 11.º Ano	4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	5
Até ao 12.º Ano	12	28	1	6	2	5	0	0	0	0	15	39	54
Bacharelato	1	3	0	0	2	0	0	0	0	0	3	3	6
Licenciatura	3	9	5	1	1	6	1	0	0	0	10	16	26
Habilitações Literárias superiores à licenciatura	1	3	0	0	0	0	0	0	0	2	1	5	6
Total	114	64	11	11	16	17	1	0	0	2	142	94	236

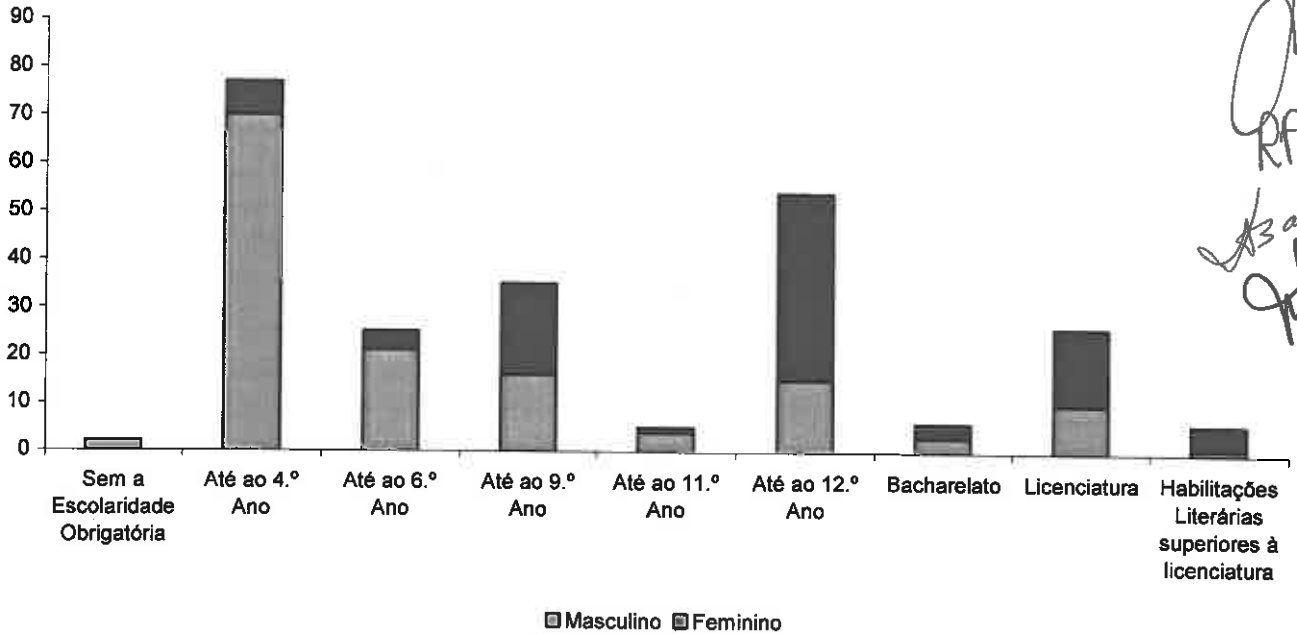
Estrutura Habilitacional dos colaboradores do Município



A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 33,47% dos seus colaboradores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 10,59% detêm o 2º ciclo e 14,83% têm o 3º ciclo. Do total dos trabalhadores 25% possuem habilitações até ao 12º ano de escolaridade e 16,10% possuem habilitações literárias de nível superior.

Handwritten notes:
e
f
pedro
S

Estrutura Habilitacional dos colaboradores do Município por género



Handwritten notes:
RPAS
13 and
M

Na generalidade podemos verificar que quanto maior for o grau de habilitações literárias maior é a quantidade de colaboradores do género feminino.

3.3 Absentismo

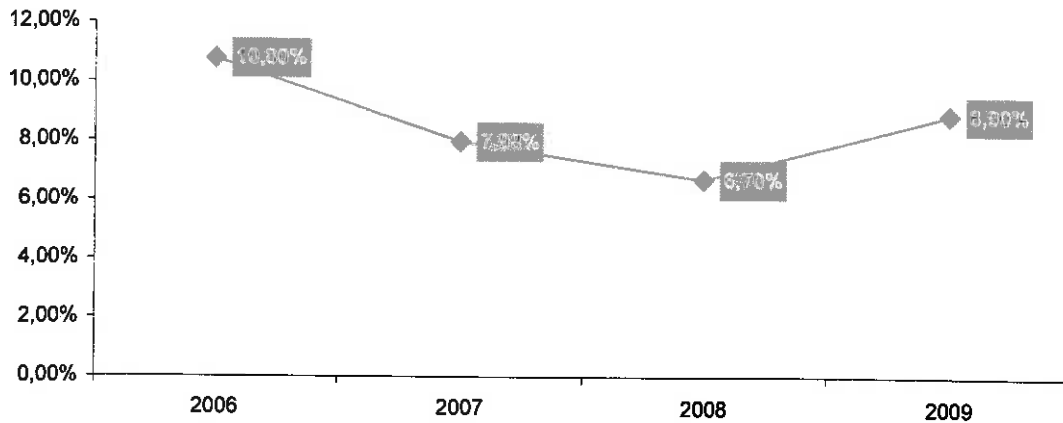
Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por Greve	2	0,04%
Falta por Actividade Sindical	4	0,09%
Falta por Casamento	45	0,97%
Falta por Maternidade	137	2,96%
Falta por Paternidade	117	2,53%
Cons.Médicas ou Tratamento Ambula com menores de 10 Anos	16,85	0,36%
Faltas para provas de concursos	3	0,06%
Cons.Médicas ou Tratamento Ambulatório com Familiares	87	1,88%
Falta por Falecimento Familiar	96	2,08%
Faltas por Doença	2312	50,03%
Faltas por Doença (Internamento)	9	0,19%
Falta Assistência Familiares	22	0,48%
Faltas Assist.Familiares menores 10 Anos	48	1,04%
Faltas por Acidente de Serviço	435	9,41%
Faltas Consultas Médicas	235,6	5,10%
Faltas ao abrigo Estatuto Trabalhador Estudante	163,5	3,54%
Faltas Cumprimento Obrigações Legais	15	0,32%
Doação de Sangue	2,14	0,05%
Acompanhamento Escolar	9,25	0,20%
Faltas para participação em candidatura eleitoral	19,5	0,42%
Faltas participação mesa eleitoral	22	0,48%
Falta eleito local	1	0,02%
Descanso compensatório por prestação de trabalho extraordinário	170	3,68%
Formação profissional	164	3,55%
Licença sem remuneração	485	10,50%
Total	4.620,84	100,00%

Tendo em consideração a informação atrás exposta, importa calcular a taxa de absentismo referente ao ano de 2009, considerando os seguintes factores: valor médio de dias de trabalho anual (220), o total de colaboradores, excepto os prestadores de serviços, da Autarquia em 2009 (235) e o total de faltas registado no mesmo ano (4620,84).

A taxa de absentismo da Autarquia em 2009 situou-se nos 8,9%.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos quatro anos:

Evolução das Taxas de Absentismo



As ausências que maior peso tiveram no absentismo do ano 2009 foram as motivadas por doença, licenças sem remuneração, acidentes em serviço, consultas médicas, estatuto de trabalhador-estudante e para autoformação profissional, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

As ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram para além daquelas que têm maior peso na taxa de absentismo, as motivadas por falecimento de familiares (36 colaboradores).

As ausências para autoformação profissional são relativas a 26 colaboradores e neste âmbito foram frequentadas 33 ações de formação profissional.

Comparativamente com o ano de 2008, a taxa de absentismo subiu 2,2% tendo sido as faltas motivadas por doença, por licença sem remuneração, para consultas médicas e acidente em serviço que mais contribuíram para esse aumento.

3.4 Recrutamento e Selecção

Durante o ano de 2009 foram abertos os seguintes procedimentos de recrutamento e selecção:

Contratos em funções públicas

Abertura	Tipo	Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
29-07-2009	Comum de recrutamento	Assistente Operacional	Limpeza e Vias Municipais	1	Freguesia de Celavisa
29-07-2009	Comum de recrutamento	Assistente Operacional	Atendimento	1	Parque Municipal de Campismo

Contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado*

Abertura	Tipo	Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Local de Trabalho
29-07-2009	Comum de recrutamento	Assistente Operacional	Limpeza e Vias Municipais	1	Freguesia do Sarzedo
10-11-2009	Célere de recrutamento	Técnico Superior	Actividades de enriquecimento curricular	1	Agrupamento de Escolas de Arganil

Aquisição de Serviços

Processo de Aquisição	Função	Data do despacho	Nº de Prestadores	Regime
Ajuste Directo	Advocacia	21-07-2009	1	Avença

3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 5,3 horas de formação profissional em 2009, num volume de 1.245,5 horas de formação profissional, excluindo neste cômputo as 1482,50 horas de autoformação profissional caracterizadas anteriormente. Os dados anteriores representam o esforço municipal em dotar os seus recursos humanos de competências suficientes para o desempenho eficiente, eficaz e qualitativo das suas funções.

Formação 2009

Designação da Acção	Horas	Nº de part.	Entidade Formadora	Obs.
O novo regime do recenseamento eleitoral	7	1	Governo Civil do Distrito de Coimbra	SZA
A tramitação do procedimento concursal	14	1	Instituto Nacional de Administração, IP	SZA
O Procedimento Concursal	12	1	Associação dos Técnicos Administrativos Municipais	
Jornadas sobre Segurança contra Incêndios	7	3	Ordem dos Engenheiros	
Seminário - Novo regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios	7	2	Centro de Estudos e Formação Autárquica	
Workshop sobre o regime jurídico da instalação dos empreendimentos turísticos	3	3	Turismo Centro de Portugal	RPAS
Impacto da Directiva Serviços em Portugal	7	1	Direcção-Geral das Actividades Económicas	
Regime do contrato de trabalho em funções públicas	12	2	Associação dos técnicos administrativos municipais	
REAI – Regime de exercício da Actividade Industrial	14	2	Agência para a Modernização Administrativa	
Urbanização e edificação para fiscais municipais	12	2	Associação dos técnicos administrativos municipais	
Seminário – Empreendimentos Turísticos	7	2	Centro de Estudos e Formação Autárquica	
Alterações ao regime jurídico de urbanização e edificação	35	9	Iberogestão e Município de Arganil	POPH
Entrevista de Avaliação de Competências	35	1	Instituto Nacional de Administração, IP	
2º Encontro Partilhar Ideias	7	1	Rede de Bibliotecas Escolares	
Ser a Ler – a leitura como projecto	7	5	Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas e Município de Arganil	
Literatura para a infância: um choque estético	7	6	Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas e Município de Arganil	
O IVA nas Autarquias	6	1	Abílio Figueiredo Marques, Consultadoria Fiscal, Lda	
Contabilidade de Custos	30	2	Associação dos técnicos administrativos municipais	
Conferência "(In)Sucesso Escolar	3,5	5	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Arganil e Município de Arganil	
O direito da criança a uma família – novas perspectivas, novas responsabilidades	14	2	Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco	
Sessão temática Inter-CLAS do Programa da Rede Social	7	1	Comissão Distrital da Segurança Social	
Workshop Simplex Autárquico	4	1	Agência para a Modernização Administrativa	
SIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local	7	2	Direcção Geral das Autarquias Locais	
7º Encontro Nacional de Técnicos de Metrologia da Administração pública	7	1	Sindicato dos trabalhadores da Administração local e Município de Penacova	
Plataforma Sharepoint e gestão de conteúdos	14	2	Coimbra Região Digital	
M5061 – Implementing Microsoft Office Sharepoint Server 2007	24	2	Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, SA	
Local and Regional Government Solutions 2009	14	1	Microsoft Portugal	
Aplicação SCA, módulo atendimento	7	9	Associação de Informática da Região Centro	
Plataforma electrónica de contratação pública da Vortal	7	10	Vortal Connecting business	
Integração do cartão do cidadão no novo portal do Município de Pombal	3	1	Município de Pombal	
Workshop sobre o regime jurídico da instalação dos empreendimentos turísticos	3	3	Turismo Centro de Portugal	
Sistema de inventário e cadastro patrimonial	28	2	Associação de Informática da Região Centro	
Sistema de contabilidade de Custos	14	5	Associação de Informática da Região Centro	POPH
Serviço de atendimento da acção social escolar 2009/2010 – recepção de formulários	1	6	Município de Arganil	Programa de treino
Atendimento do sistema de gestão de águas	14	8	Município de Arganil	Programa de treino
Workshop PROVERE "Territórios de Baixa Densidade: que futuro?"	8	1	Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro	
Seminário: "Porquê a certificação florestal?"	7	1	Associação Florestal do Baixo Vouga	
Total	415,5	108		

3.6 Iniciativa de Emprego 2009

A Iniciativa Emprego 2009 integrou um conjunto de medidas que visaram, no contexto particular da crise económica internacional e da situação do mercado de trabalho, estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados, missão à qual o Município de Arganil aderiu promovendo:

Contratos Emprego -Inserção:

A promoção de contratos emprego -inserção é direccionada para desempregados beneficiários de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização, durante um período máximo de 12 meses, de actividades socialmente úteis tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contacto com o mundo do trabalho dos desempregados, evitando o seu risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu no ano de 2009, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 32 projectos neste âmbito:

Contratos Emprego -Inserção				
Área de actividade	Género e Nº de colaboradores		Tipo	Observações
	M	F		
Cantoneiro	9	1	Programas de actividade ocupacional para subsidiados e Contratos Emprego-inserção	7 concluídos e 3 em curso
Ação educativa	2	7		5 concluídos e 4 em curso
Serviços Gerais	0	4		Concluídos
Transportes	1	0		Concluído
Tratador de animais	2	0		1 concluído e 1 em curso
Pedreiro	3	0		Concluídos
Serviços Gerais	0	2	Programas de actividade ocupacional para carenciados e Contratos Emprego-inserção +	Concluídos
Cantoneiro	1	0		Em curso
Total	18	14		9 projectos em curso e 23 concluídos

Estágios Qualificação -Emprego:

Os estágios qualificação -emprego dirigem-se a desempregados, à procura do primeiro ou novo emprego, com 35 ou mais de idade, têm a duração de 12 meses e visam facilitar a inserção ou reconversão de desempregados, nomeadamente dos que obtiveram uma qualificação há menos de 3 anos, complementando as novas competências através de formação prática em contexto laboral. O Município de Arganil promoveu no ano de 2009, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 6 estágios, a saber:

Área de actividade	Género e N° de colaboradores		Locais de trabalho	Observações
	M	F		
Jardinagem	1	3	Vila de Arganil	Em curso
Ação Educativa	0	2	Centro Escolar de S. Martinho da Cortiça e estabelecimentos escolares de Pomares	Em curso
Total	1	5	*	6 projectos em curso

Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2009, o Município de Arganil proporcionou 3 estágios profissionais, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local (3ª Edição), financiados pela tipologia de intervenção 5.2 do Programa Operacional Potencial Humano do Quadro de Referência Estratégico Nacional e acolheu também 32 estágios curriculares, consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para crescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal.

Área do Estágio	Duração	N° de estagiários
Engenharia Informática	12 meses	1
Direito		1
Engenharia Civil		1
Total		3

Q.
 J.
 Pedro
 S.
 R.
 RPAJ
 J.
 J.

Estágios Curatoriais

Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Gestão e Programação de Sistemas de informação, nível III	2	EPTOLIVA
Licenciatura em Serviço Social	1	Instituto Superior Miguel Torga
Técnico de Turismo Ambiental e Rural	7	Escola Secundária de Arganil
Técnico de Manutenção industrial/electromecânica, nível III	2	Escola Secundária de Arganil
Técnico de Informática e Gestão	4	Escola Secundária de Arganil
Técnico de Recepção	1	Escola Profissional Almirante Reis
Educação Social	1	Universidade Portucalense
Condução de Obra	1	ESTGOH
Técnicas de Acção Educativa	1	IEFP
Técnico de Secretariado	1	Escola Secundária de Arganil
Técnico de Secretariado	1	Escola Secundária de Arganil
Acção Social	1	Escola Secundária de Arganil
Animação Sociocultural	4	IEFP
Operador de Informática	1	Escola Básica nº2 Arganil
Práticas administrativas	2	Escola Básica nº2 Arganil
Práticas de Animação Sociocultural	2	Escola Secundária de Arganil
Total	32	

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à actividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2009.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2009.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º2/2007, de 15 Janeiro e no Orçamento de Estado.

R.
A.
A.
S.
R.P.S.
A.
R.

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2009 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respectivamente, em 26 de Novembro de 2008 e em 13 de Dezembro do mesmo ano.

4.1 Análise Geral

O Orçamento Municipal para 2009 foi aprovado com um valor de 21.331.200,00€, encerrando com igual dotação, uma vez que durante o ano em análise não foi efectuada qualquer revisão ao mesmo. Registou um acréscimo de 3,83% (mais 787.778,00€), relativamente ao exercício de 2008.

Execução Orçamento 2009								
Designação	Orçamento		Execução (c)	Desvio		Taxa de Execução		
	Inicial (a)	Final (b)		(c) -(a)	(c) -(b)	(c)/(a)	(c)/(b)	
Receitas Correntes	8.550.938,00	8.550.938,00	7.990.460,39	-560.477,61	-560.477,61	93,45%	93,45%	
Receitas Capital	12.779.762,00	12.779.762,00	4.533.233,21	-8.246.528,79	-8.246.528,79	35,47%	35,47%	
Outras Receitas	500,00	500,00	5.557,57	5.057,57	5.057,57	1111,51%	11,86%	
Total de Receitas	21.331.200,00	21.331.200,00	12.529.251,17	-8.801.948,83	-8.801.948,83	58,74%	58,74%	
Despesas Correntes	8.527.200,00	8.667.200,00	6.956.298,24	-1.570.901,76	-1.710.901,76	81,58%	80,26%	
Despesas Capital	12.804.000,00	12.664.000,00	5.671.466,15	-7.132.533,85	-6.992.533,85	44,29%	44,78%	
Total de Despesas	21.331.200,00	21.331.200,00	12.627.764,39	-8.703.435,61	-8.703.435,61	59,20%	59,20%	

O Orçamento Inicial da Receita para 2009 foi aprovado com um valor total de 21.331.200,00€, dos quais 8.550.938,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas, 12.779.762,00€ respeitavam às receitas de capital estimadas e 500,00€ a outras receitas.

Importa salientar que, comparativamente ao exercício de 2008, o valor do orçamento da receita aumentou 3,83%, tendo contribuído para esta evolução, o aumento de 13,8% das receitas capital, já que as receitas correntes verificaram um decréscimo de 8,1%.

A Receita Liquidada, no valor de 13.184.630,94€, que inclui a receita por cobrar no início do ano (365.314,06€), originou a receita cobrada no montante de 12.529.251,17€ e, uma receita por cobrar, no valor de 614.527,54€. Desta situação, resultou uma taxa de execução da receita, relativamente ao valor orçamentado, de 58,74%.

Destacam-se quer pela sua importância, quer em termos de execução, as receitas correntes com uma taxa de 93,45%, configurando-se assim, como um fluxo monetário estável.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 21.331.200,00€, correspondendo 8.527.200,00€ às despesas correntes e 12.804.000,00€, às despesas de capital. O Orçamento

da Despesa encerrou com uma dotação total final igual à inicial, dos quais foram comprometidos, 18.153.275,95€, realizados, 16.756.337,31€ e pagos, 12.627.764,39€.

A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 59,20%.

Também o orçamento inicial da despesa registou um aumento de 3,83%, relativamente ao do exercício de 2008.

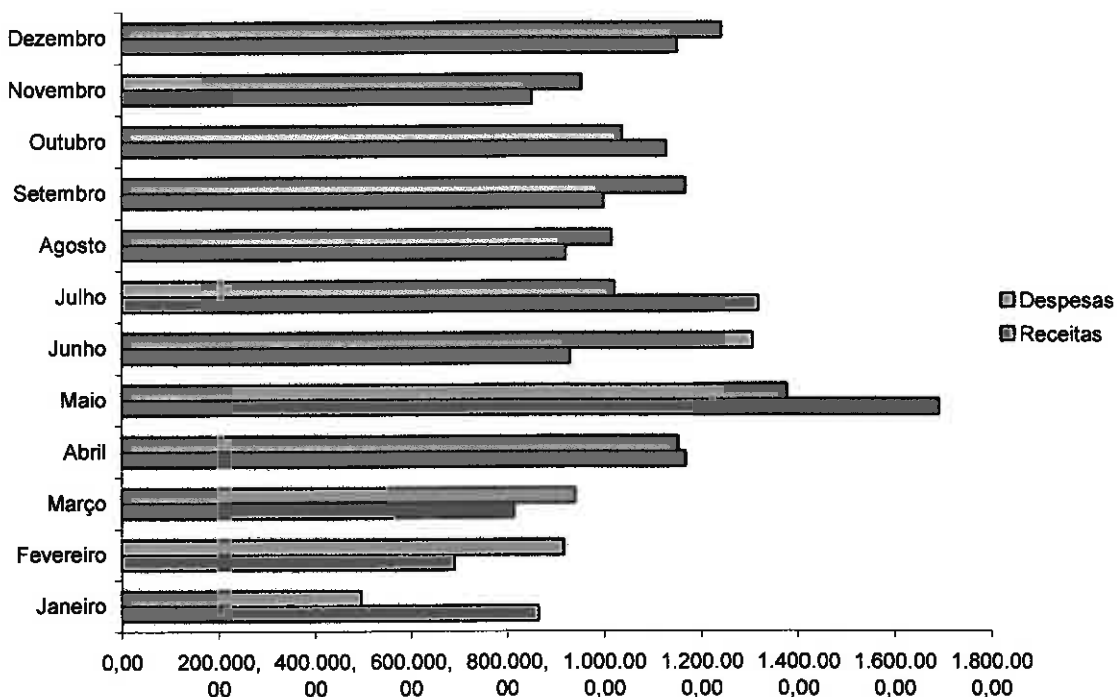
Importa referir que a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efectiva, uma vez que, se nos referenciarmos ao valor liquidado, a respectiva taxa seria de 61,81%. Da mesma forma, a taxa de execução da despesa respeita a obrigações efectivamente pagas e não à despesa realizada, traduzida no total de obrigações assumidas para com terceiros. Se assim fosse, a respectiva taxa subiria para 78,55%.

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

Evolução das Receitas e Despesas 2009

Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Receitas	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	649.999,14	211.757,71	2.490,93	864.247,78	433.059,41	62.439,98	495.499,39
Fevereiro	409.166,23	278.522,48	1.975,44	689.664,15	582.021,53	334.230,36	916.251,89
Março	605.421,91	208.593,88	0,00	814.015,79	523.891,66	416.876,84	940.768,50
Abril	717.996,86	449.540,04	0,00	1.167.536,90	647.731,39	504.266,77	1.151.998,16
Mai	978.653,84	711.161,36	552,12	1.690.367,32	608.969,10	768.361,11	1.377.330,21
Junho	579.839,25	350.182,35	0,00	930.021,60	763.299,44	542.128,83	1.305.428,27
Julho	629.670,17	688.389,48	0,00	1.318.059,65	664.603,35	356.251,20	1.020.854,55
Agosto	517.322,89	404.693,33	0,00	922.016,22	517.451,88	498.045,32	1.015.497,20
Setembro	541.743,79	457.316,05	0,00	999.059,84	404.901,97	763.159,01	1.168.060,98
Outubro	914.432,05	214.531,57	0,00	1.128.963,62	551.035,93	486.591,61	1.037.627,54
Novembro	532.564,20	320.175,58	0,00	852.739,78	658.501,86	296.445,17	954.947,03
Dezembro	913.650,06	238.369,38	539,08	1.152.558,52	600.830,72	642.669,95	1.243.500,67
Total	7.990.460,39	4.533.233,21	5.557,57	12.529.251,17	6.956.298,24	5.671.466,15	12.627.764,39

Evolução da Receita/ Despesa -2009



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que os valores da receita e da despesa paga, foram bastante próximos.

Como qualquer instrumento de gestão, os documentos previsionais das autarquias são passíveis de comportar alterações ao longo do seu período de vigência, deste modo durante o ano 2009, os Serviços de Contabilidade procederam a 9 (nove) alterações, nos seguintes termos:

- 9 (nove) alterações destinadas a reforçarem dotações do Orçamento
- 8 (oito) alterações destinadas a reforçarem dotações das GOP's

As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura , como é evidenciado no quadro seguinte:

Assinado *RPAS* *Salvo*

Mudanças Orçamentais, por Natureza Económica

Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. Despesas Correntes	8.527.200,00	39,98%	1.016.100,00	876.100,00	8.667.200,00	40,63%	140.000,00	1,64%
1.1 Pessoal	4.182.500,00	19,61%	78.500,00	439.900,00	3.831.100,00	17,96%	-351.400,00	-8,40%
1.2 Aquisição de Bens	777.700,00	3,65%	54.500,00	59.000,00	773.200,00	3,62%	-4.500,00	-0,58%
1.3 Aquisição de Serviços	2.415.500,00	11,32%	654.000,00	189.700,00	2.879.800,00	13,50%	464.300,00	19,22%
1.4 Juros e Outros Encargos	290.500,00	1,36%	10.000,00	125.000,00	175.500,00	0,82%	-115.000,00	-39,59%
1.5 Transferências Correntes	455.000,00	2,13%	104.600,00	46.500,00	503.100,00	2,36%	48.100,00	10,57%
1.6 Outras Desp. Correntes	406.000,00	1,90%	114.500,00	16.000,00	504.500,00	2,37%	98.500,00	24,26%
2. Despesas de Capital	12.804.000,00	60,02%	1.147.500,00	1.287.500,00	12.664.000,00	59,37%	-140.000,00	-1,09%
2.1 Terrenos	550.000,00	2,58%	105.000,00	25.000,00	630.000,00	2,95%	80.000,00	14,55%
2.2 Edifícios	4.642.000,00	21,76%	98.500,00	675.000,00	4.065.500,00	19,06%	-576.500,00	-12,42%
2.3 Construções Diversas	5.998.000,00	28,12%	791.000,00	499.000,00	6.290.000,00	29,49%	292.000,00	4,87%
2.4 Material de Transporte	45.000,00	0,21%	120.000,00	25.000,00	145.000,00	0,68%	100.000,00	222,22%
2.5 Equip./ Software Inform.	93.000,00	0,44%	20.000,00		108.000,00	0,51%	15.000,00	16,13%
2.6 Equipamento Admin.	20.000,00	0,09%			20.000,00	0,09%	0,00	0,00%
2.7 Equipamento Básico	321.000,00	1,50%	3.000,00	63.500,00	269.000,00	1,26%	-52.000,00	-16,20%
2.8 Ferramentas e Utensílios	20.000,00	0,09%			11.500,00	0,05%	-8.500,00	-42,50%
2.9 Investimentos Incorp.	40.000,00	0,19%			40.000,00	0,19%	0,00	0,00%
2.10 Transferências Capital	525.000,00	2,46%	10.000,00		535.000,00	2,51%	10.000,00	1,90%
2.11 Passivos Financeiros	550.000,00	2,58%			550.000,00	2,58%	0,00	0,00%
Total das Despesas (1)+(2)	21.331.200,00	100%	2.163.600,00	2.163.600,00	21.331.200,00	100%	0,00	0,00%

Verifica-se que ocorreram movimentações inter-rubricas, representadas por reforços no valor de 2.163.600,00 € e por anulações de igual valor.

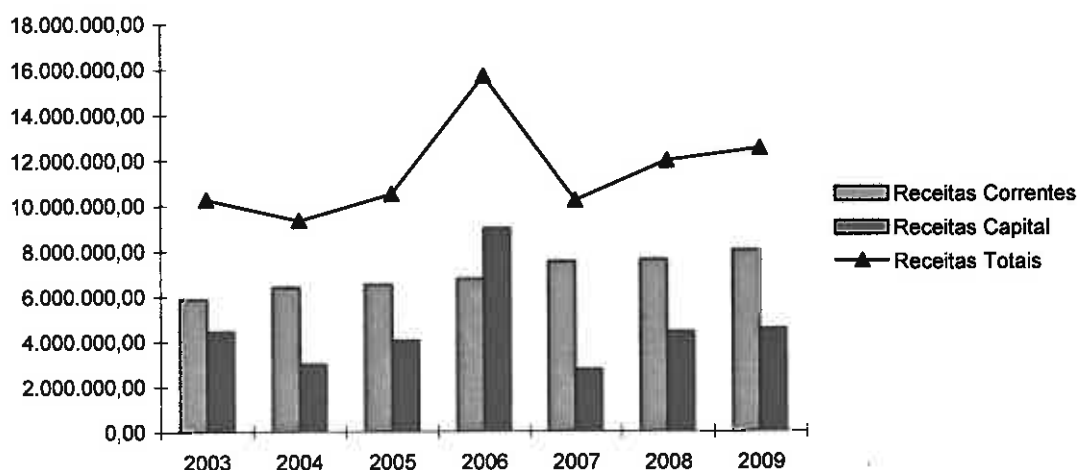
Ainda pela observação do quadro acima é possível concluir que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram na aquisição de serviços, em termos correntes, e edifícios, em termos de capital.

4.2 Receita

Estrutura e Evolução

Analisando a evolução global das receitas constata-se uma tendência de crescimento. Após o pico verificado em 2006, das receitas de capital originado pelo empréstimo para saneamento financeiro contratado na altura, verifica-se que no total as receitas tem tendência para crescer.

Evolução Receitas Cobradas no período 2003 a 2009



Verifica-se igualmente que a estrutura da receita se manteve ao longo dos anos em análise (excepto o ano de 2006, pelas razões já referidas), revelando um significativo peso das receitas correntes em relação às de capital.



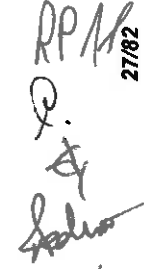
Da análise do quadro seguinte, observa-se que durante o ano de 2009, foi cobrado o montante de 12.523.693,60€ dos quais 7.990.460,39€ (63,80%) dizem respeito à receita corrente e 4.533.233,21€ (36,20%) à receita de capital. Regista-se assim um acréscimo global das receitas no montante de 538.468,31€ (mais 4,49%) em relação ao ano transacto.



Relatório de Gestão – 2009

Evolução das Receitas Municipais no período de 2007 a 2009

Designação	2007			2008			2009			Var 08/09	
	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	% Parcelar	% Global	Valor	%
Total da Receita Corrente	7.508.189,11	100,00%	73,29%	7.585.728,55	100,00%	63,29%	7.990.480,39	100,00%	63,80%	404.731,84	5,34%
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	741.359,55	9,87%	7,24%	817.799,60	10,78%	6,82%	799.779,02	10,01%	6,39%	-18.020,58	-2,20%
Imp. Único de Circulação/ IMV	116.437,48	1,55%	1,14%	122.426,96	1,61%	1,02%	141.225,08	1,77%	1,13%	18.798,12	15,35%
IMT	344.446,84	4,59%	3,36%	426.738,21	5,63%	3,56%	205.815,22	2,58%	1,64%	-220.922,99	-51,77%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	85.799,45	1,14%	0,84%	57.567,49	0,76%	0,48%	27.158,07	0,34%	0,22%	-30.409,42	-52,82%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	259.711,10	3,46%	2,54%	213.634,99	2,82%	1,78%	280.839,20	3,51%	2,24%	67.204,21	31,46%
Rendimentos de propriedades	657.644,09	8,76%	6,42%	605.936,09	7,99%	5,06%	1.156.845,35	14,48%	9,24%	550.909,26	90,92%
Participações do Município nos Impostos do Estado	3.736.288,00	49,76%	36,47%	3.918.273,00	51,65%	32,69%	4.115.708,00	51,51%	32,86%	197.435,00	5,04%
Outras Transferências	519.015,63	6,91%	5,07%	534.890,74	7,05%	4,46%	421.200,41	5,27%	3,36%	-113.690,33	-21,25%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	803.351,91	10,70%	7,84%	833.133,77	10,98%	6,95%	809.211,03	10,13%	6,46%	-23.922,74	-2,87%
Outras Receitas Correntes	244.135,06	3,25%	2,38%	55.327,70	0,73%	0,46%	32.679,01	0,41%	0,26%	-22.648,69	-40,94%
Total Receita de Capital	2.735.893,50	100,00%	26,71%	4.399.496,74	100,00%	36,71%	4.533.233,21	100,00%	36,20%	133.736,47	3,04%
Venda de Bens de Investimento	31.750,00	1,16%	0,31%	72.430,71	1,65%	0,60%	171.667,00	3,79%	1,37%	99.236,29	137,01%
Participações do Município nos Impostos do Estado	2.243.599,00	82,01%	21,90%	2.360.608,00	53,66%	19,70%	2.477.117,00	54,64%	19,78%	116.509,00	4,94%
Outras Transferências	368.825,18	13,48%	3,60%	1.853.525,16	42,13%	15,47%	1.856.743,16	40,96%	14,83%	3.218,00	0,17%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	91.719,32	3,35%	0,90%	112.932,87	2,57%	0,94%	27.706,05	0,61%	0,22%	-85.226,82	-75,47%
Total das Receitas sem Reposições	10.244.082,61		100%	11.985.225,29		100%	12.523.693,60		100%	538.468,31	4,49%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos				1.186,34			5.557,57			4.371,23	368,46%
Total das Receitas	10.244.082,61			11.986.411,63			12.529.251,17			542.839,54	4,53%

 27/82

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

Evolução das Receitas Correntes cobradas no período de 2007 a 2009					
Designação	2007 Valor	2008 Valor	2009 Valor	Var 08/09 Valor	%
1. Impostos Directos	1.202.243,87	1.366.964,77	1.146.819,32	-220.145,45	-16,10%
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	741.359,55	817.799,60	799.779,02	-18.020,58	-2,20%
Imp. Único de Circulação/ IMV	116.437,48	122.426,96	141.225,08	18.798,12	15,35%
IMT	344.446,84	426.738,21	205.815,22	-220.922,99	-51,77%
2. Impostos indirectos específicos das Autarquias	85.799,45	57.567,49	27.158,07	-30.409,42	-52,82%
Mercados e Feiras	42.853,35	36.372,59	1.743,44	-34.629,15	-95,21%
Loteamentos e Obras	23.762,07	194,75	68,75	-126,00	-64,70%
Ocupação da Via Pública	4.962,02	6.168,10	4.993,40	-1.174,70	-19,04%
Publicidade	11.300,76	11.630,35	14.704,83	3.074,48	26,43%
Saneamento empresas	838,41	3.201,70	5.647,65	2.445,95	76,40%
Utilização da Rede Viária Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Tx Municipal Dtos Passagem	2.082,84	0,00	0,00	0,00	0,00%
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	259.711,10	213.634,99	280.839,20	67.204,21	31,46%
Mercados e Feiras	13.942,18	13.832,48	51.600,39	37.767,91	273,04%
Loteamentos e Obras	56.717,08	69.548,67	72.051,37	2.502,70	3,60%
Ocupação da Via Pública	7.461,16	7.225,51	7.960,12	734,61	10,17%
Caça, uso e porte de arma	163,05	19,50	42,00	22,50	115,38%
Saneamento - Tx de conservação	72.287,42	67.753,85	87.137,63	19.383,78	28,61%
Outras	85.412,56	24.947,84	22.530,80	-2.417,04	-9,69%
Juros de Mora	18.854,06	6.388,41	2.295,61	-4.092,80	-64,07%
Juros compensatórios	0,00	0,00	2.400,88	2.400,88	0,00%
Coimas e Penalidades por contra ordenações	0,00	0,00	18.365,31	18.365,31	0,00%
Multas e Penalidades Diversas	4.873,59	23.918,73	16.455,09	-7.463,64	-31,20%
4. Rendimentos de propriedades	657.644,09	605.936,09	1.156.845,35	550.909,26	90,92%
Bancos e Outras Instituições financeiras	27.915,83	38.296,26	4.053,19	-34.243,07	-89,42%
Empresas Municipais e Intermunicipais	2.619,70	1.673,44	17.790,63	16.117,19	963,12%
Outras				0,00	0,00%
Edifícios	105.718,22	113.023,54	83.599,44	-29.424,10	-26,03%
Bens de Domínio Público	436.809,33	356.503,42	736.259,92	379.756,50	106,52%
Outros	84.581,01	96.439,43	315.142,17	218.702,74	226,78%
5. Transferências Correntes	4.255.303,63	4.453.163,74	4.536.908,41	83.744,67	1,88%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.365.398,00	3.540.913,00	3.715.675,00	174.762,00	4,94%
Fundo Social Municipal	222.889,00	221.610,00	232.195,00	10.585,00	4,78%
Participação Variável no IRS	148.001,00	155.750,00	167.838,00	12.088,00	7,76%
Outras	123.953,38	233.736,48	159.243,20	-74.493,28	-31,87%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	38.481,47	19.417,31	12.474,74	-6.942,57	-35,75%
Serviços e fundos autónomos	318.009,75	260.370,49	215.294,41	-45.076,08	-17,31%
Serv.fund.autón.-					
Subsist.prof.famil.pollt.act.EFP	11.887,23	2.948,02	15.290,82	12.342,80	418,68%
Segurança social	26.683,80	18.418,44	18.897,24	478,80	2,60%
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	803.351,91	833.133,77	809.211,03	-23.922,74	-2,87%
Venda de Bens	319.441,25	331.947,52	374.198,98	42.251,46	12,73%
Venda de Serviços	373.133,62	407.528,34	371.199,20	-36.329,14	-8,91%
Rendas	110.777,04	93.657,91	63.812,85	-29.845,06	-31,87%
7. Outras Receitas Correntes	244.135,06	55.327,70	32.679,01	-22.648,69	-40,94%
Total	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	404.731,84	5,34%

No exercício de 2009, as receitas correntes cresceram 5,34% (mais 404.731,84€), comparativamente a 2008, sendo as variações positivas mais significativas provenientes dos agregados Rendimentos de Propriedade (mais 550.909€) e Transferências do Orçamento do Estado (mais 197.435€).

Os Rendimentos de Propriedade totalizaram a importância de 1.156.845,35€, tendo sido registado nesta rubrica, entre outras receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão;
- Renda de Edifícios (inclui o Valor da renda da Quinta do Mosteiro);
- Rendas das Eólicas.

Os agregados da receita corrente que verificaram uma diminuição dos valores arrecadados foram os Impostos Directos e Indirectos, a Venda de Bens e Serviços Correntes e as Outras Receitas Correntes.

Os Impostos Directos diminuíram 16,10% relativamente aos valores de 2008, tendo esta evolução resultado sobretudo do decréscimo do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

Os Impostos Indirectos apresentaram um decréscimo de 30.409,42 (52,82%), resultado da diminuição das receitas relativas a Mercados e Feiras (este valor foi compensado pelo acréscimo verificado para a mesma rubrica de taxas, multas e outras penalidades).

As receitas fiscais, abrangendo os Impostos Directos, os Impostos Indirectos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades constituem 18,21% da receita corrente e 11,62% da receita total.

As Transferências correntes constituem a parcela mais representativa da receita corrente (56,78%) e da receita total (36,23%), tendo registado um acréscimo de 1,88%.

De um total 4.536.908,41€ de Transferências Correntes, 4.115.708,00€ respeitam à Participação do Município de Arganil nos Impostos do Estado, e 421.200,41€ a Outras Transferências.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 809.211,03€, tendo verificado em decréscimo 2,87%.

A receita de capital apresenta um crescimento de 3,04% relativamente ao ano de 2008. Da observação do quadro constata-se que as receitas de capital totalizaram mais 133.736,47€, do que em 2008.

Handwritten notes and signatures:
P.
Sedus
S2
RPAS
AB
JC

Evolução das Receitas de Capital cobradas no período 2007 a 2009

Designação	2007	2008	2009	Var 08/09	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Terrenos	31.750,00	30.030,71	171.667,00	141.636,29	471,64%
2. Edifícios	0,00	42.400,00	0,00	-42.400,00	-100,00%
3. Transferências de Capital	2.612.424,18	4.214.133,16	4.333.860,16	119.727,00	2,84%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	0,00	650.000,00	0,00	-650.000,00	-100,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.243.599,00	2.360.608,00	2.477.117,00	116.509,00	4,94%
Cooperação Técnica e Financeira	19.858,60	0,00	108.046,85	108.046,85	0,00%
Outras	0,00	0,00	11.679,00	11.679,00	0,00%
Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	316.466,58	1.197.525,16	1.623.936,37	426.411,21	35,61%
Administração local	32.500,00	6.000,00	89.160,63	83.160,63	1386,01%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Famílias	0,00	0,00	23.920,31	23.920,31	0,00%
4. Outras receitas de capital	91.719,32	112.932,87	27.706,05	-85.226,82	-75,47%
Total	2.735.893,50	4.399.496,74	4.533.233,21	133.736,47	3,04%

O valor da venda de terrenos respeita à venda de um lote da Zona Industrial da Relvinha à empresa Pinewells, no montante de 150.000,00€ e de 21.667,00€ pagos pela empresa Argobeiras relativos à cedência de espaço no Sub-Paço.

As Transferências de Capital representam a componente com maior peso no total da receita de capital (95,79%) e verificaram um crescimento de 2,84%.

Dos 4.333.860,16€ de Transferências de Capital, 2.477.117,00€ correspondem ao valor da Participação do Município de Arganil nos impostos do Estado. Os restantes 1.856.743,16€ dizem respeito às receitas provenientes de:

- 108.046,85 – da Direcção Geral das Autarquias Locais, no âmbito do Contrato Programa para o Projecto “Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão”;
- 11.679,00€ da DGOTDU, no âmbito do PRAUD para o Projecto “Recuperação de Largos, Arruamentos e Edifícios Adjacentes nos Centros Históricos de Coja, Vila Cova de Alva e Burgo Histórico do Sarzedo”;
- 680.518,24€ da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, referentes à Participação Comunitária nos Projectos Co-Financiados: “Hab ER - Engenharia e desenvolvimento de novos equipamentos de energias renováveis para o habitat”, “Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil” e “Beneficiação de Acessibilidades à Serra do Açor”;
- 943.418,13€ do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referentes à Participação Comunitária nos Projectos Co-Financiados: “Centro Escolar de Coja” e “Implementação de Pavimento em Relva Sintética no Campo de Futebol Dr. Eduardo Ralha”;
- 89.160,63 do Município da Pampilhosa da Serra, referente à comparticipação no projecto “Requalificação da Ponte do Cartamil”
- 23.920,31€ de Maria Natália Gonçalves Gomes Abranches Figueiredo, referentes à comparticipação privada no Projecto “Recuperação de Largos, Arruamentos e Edifícios Adjacentes nos Centros Históricos de Coja, Vila Cova de Alva e Burgo Histórico do Sarzedo”.

As Outras receitas de Capital registaram um decréscimo de 75,47%, relativamente a 2008.

Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respectivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2009 previa cobranças no valor global de 21.331.200,00€, contribuindo para esse montante, as receitas correntes com 8.550.938,00€ (40,087%), as receitas de capital com 12.779.762,00€ (59,911%) e outras receitas com 500,00€ (0,002%)

É possível observar no quadro da folha seguinte que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas aos pagamentos) atingiu o valor de 12.523.693,60€, tendo sido arrecadado 7.990.460,39€ (64%) de receitas correntes e 4.533.233,21€ (36%) de receitas de capital.

O maior desvio ocorreu na receita de capital, fruto da fraca concretização das rubricas desta receita.

No quadro abaixo está representada a evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2003 a 2009:

Graus de Execução Orçamental da Receita							
Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita corrente	91,46%	80,47%	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	93,45%
Receita de capital	34,80%	31,09%	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%
Receitas Totais	55,27%	54,24%	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%

A taxa de execução da receita em 2009 foi 58,74% situando-se ligeiramente acima da verificada em 2008.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 93,45%, valor acima do registado no ano de 2008.

Os Impostos Directos registaram uma taxa de execução de 91,24%, destacando-se pela positiva o Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Único de Circulação que registaram uma execução acima dos 100%, e pela negativa o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis que, registou uma execução de apenas 51,85%.

Destaca-se ainda as taxas de execução dos Rendimentos de Propriedade (114,51%), das Transferências Correntes (91,31%) e da Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes (95,29%).

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de 35,47%, contribuindo para esta situação os seguintes factores:

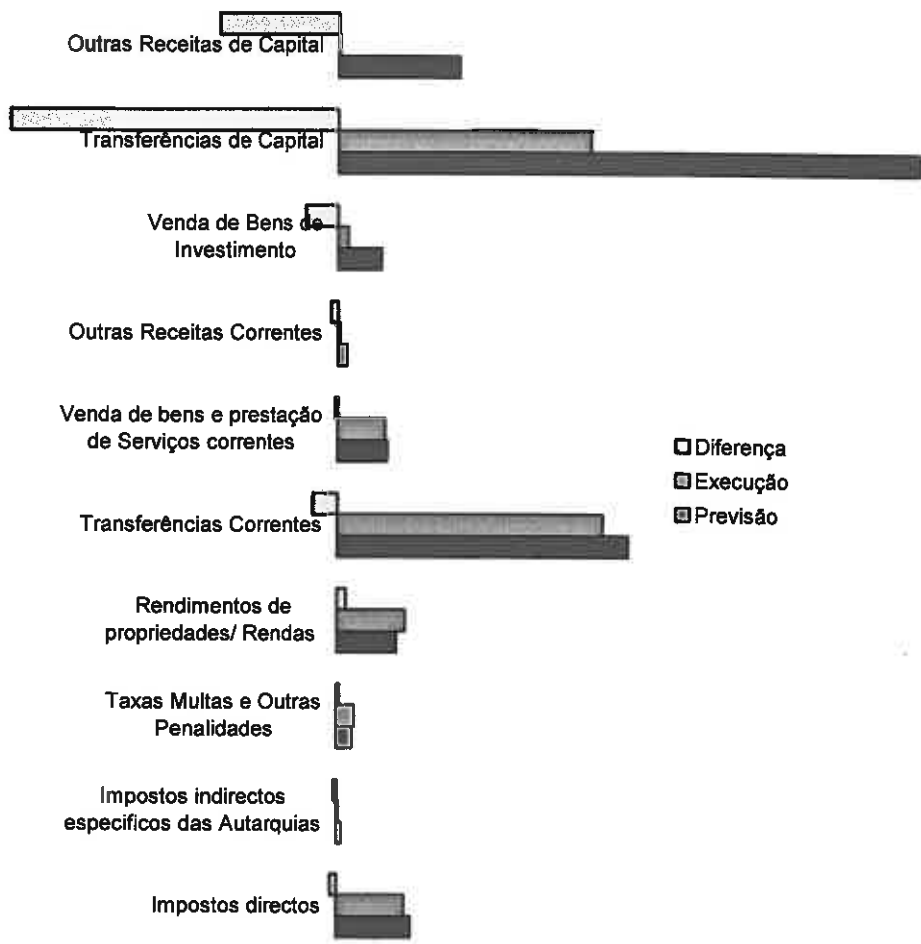
- Dificuldades, face à conjuntura, de alienação de património municipal dispensável;
- Não concretização das transferências de capital previstas, relativas a obras participadas.

Execução Orçamental das Receitas

Classificação da Receita	Previsão		Execução C	Desvios		Taxa de Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
Impostos directos	1.256.990,00	1.256.990,00	1.146.819,32	-110.170,68	-8,76%	91,24%
Imposto Municipal sobre Imóveis	751.845,00	751.845,00	799.597,27	47.752,27	6,35%	106,35%
Imp. Único de Circulação	108.157,00	108.157,00	141.225,08	33.068,08	30,57%	130,57%
IMT	396.958,00	396.958,00	205.815,22	-191.142,78	-48,15%	51,85%
Impostos Abolidos - CA	10,00	10,00	181,75	171,75	1717,50%	1817,50%
Impostos Abolidos - SISA	10,00	10,00	0,00	-10,00	-100,00%	0,00%
Impostos Abolidos - IMV	10,00	10,00	0,00	-10,00	-100,00%	0,00%
Impostos indirectos específicos das Autarquias	72.099,00	72.099,00	27.158,07	-44.940,93	-62,33%	37,67%
Taxas	208.552,00	208.552,00	241.322,31	32.770,31	15,71%	115,71%
Multas e Outras Penalidades	34.634,00	34.634,00	39.516,89	4.882,89	14,10%	114,10%
Rendimentos de propriedades	1.010.302,00	1.010.302,00	1.156.845,35	146.543,35	14,50%	114,50%
Transferências Correntes	4.968.685,00	4.968.685,00	4.536.908,41	-431.776,59	-8,69%	91,31%
Bancos e Outras Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.715.675,00	3.715.675,00	3.715.675,00	0,00	0,00%	100,00%
Fundo Social Municipal	232.195,00	232.195,00	232.195,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação Variável no IRS	167.838,00	167.838,00	167.838,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	358.477,00	358.477,00	159.243,20	-199.233,80	-55,58%	44,42%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	170.000,00	170.000,00	12.474,74	-157.525,26	-92,66%	7,34%
Serviços e Fundos Autónomos	305.000,00	305.000,00	215.294,41	-89.705,59	-29,41%	70,59%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot.						
Família Pol. Act. EFP	1.000,00	1.000,00	15.290,82	14.290,82	1429,08%	1529,08%
Segurança Social	18.500,00	18.500,00	18.897,24	397,24	2,15%	102,15%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	849.176,00	849.176,00	809.211,03	-39.964,97	-4,71%	95,29%
Outras Receitas Correntes	150.500,00	150.500,00	32.679,01	-117.820,99	-78,29%	21,71%
Total Receitas Correntes	8.550.938,00	8.550.938,00	7.990.460,39	-560.477,61	-6,55%	93,45%
Venda de Bens de Investimento	740.000,00	740.000,00	171.667,00	-568.333,00	-76,80%	23,20%
Transferências de Capital	9.957.194,00	9.957.194,00	4.333.860,16	-5.623.333,84	-56,48%	43,52%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	1.650.000,00	1.650.000,00	0,00	-1.650.000,00	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.477.117,00	2.477.117,00	2.477.117,00	0,00	0,00%	100,00%
Cooperação Técnica e Financeira	529.753,00	529.753,00	108.046,85	-421.706,15	-79,60%	20,40%
Outras	110.000,00	110.000,00	11.679,00	-98.321,00	-89,38%	10,62%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	5.059.324,00	5.059.324,00	1.623.936,37	-3.435.387,63	-67,90%	32,10%
Administração Local	25.000,00	25.000,00	89.160,63	64.160,63	256,64%	356,64%
Instituições sem fins lucrativos	50.000,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%	0,00%
Famílias	56.000,00	56.000,00	23.920,31	-32.079,69	-57,29%	42,71%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Empréstimos contraídos a Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	2.082.568,00	2.082.568,00	27.706,05	-2.054.861,95	0,00%	1,33%
Total Receitas de Capital	12.779.762,00	12.779.762,00	4.533.233,21	-8.246.528,79	-64,53%	35,47%
Total Reposições não Abatidas nos Pagamentos	500,00	500,00	5.557,57	5.057,57	1011,51%	1111,51%
Total das Receitas	21.331.200,00	21.331.200,00	12.529.251,17	-8.801.948,83	-41,26%	58,74%

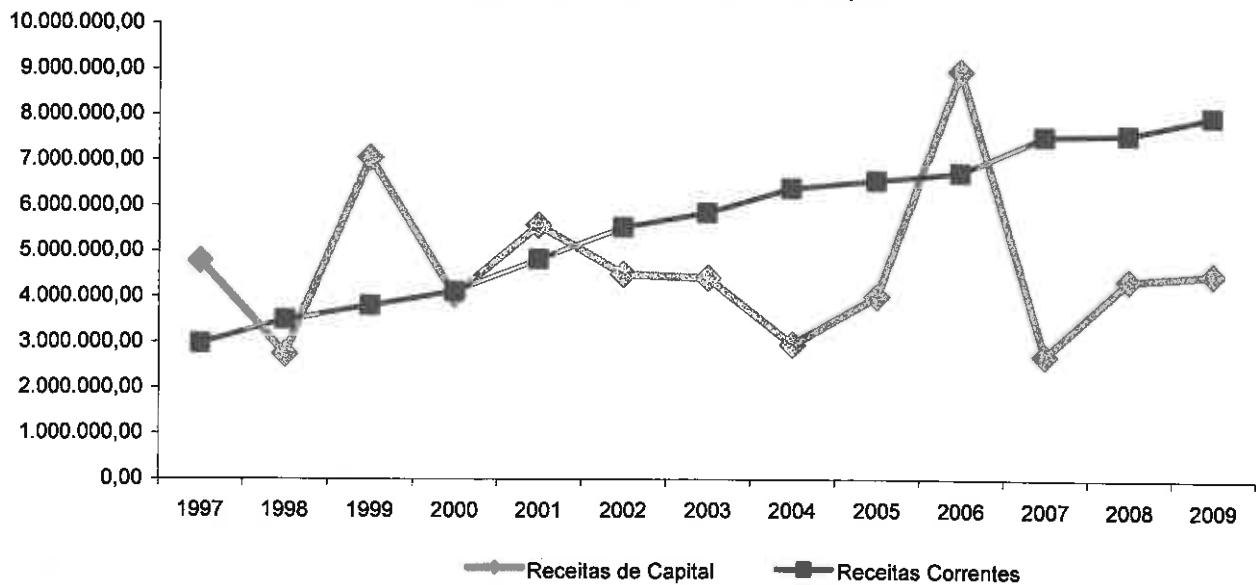
[Handwritten signature]

Previsão/Execução/Desvios Receita 2009



[Handwritten notes and signatures]
 P. de
 P. de
 S. J.
 R. P. M.
 A. S. A.
 J. A.

Evolução das Receitas Correntes e de Capital



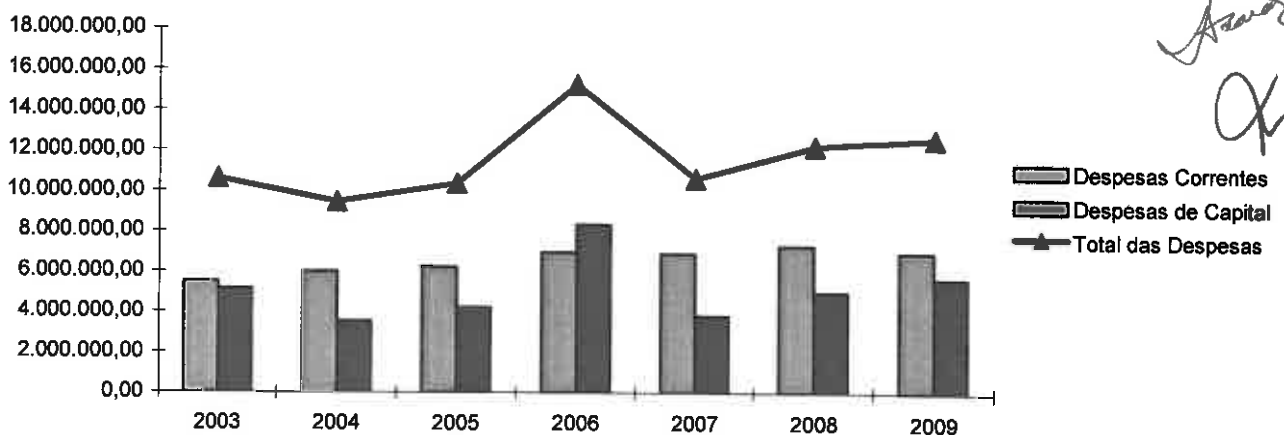
No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

4.3 Despesa

Estrutura e Evolução

Analisando agora a evolução da despesa paga, no período de 2003 a 2009, após o pico de 2006, fruto do pagamento das despesas em virtude da contratação de empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro, verifica-se uma tendência para o aumento das despesas pagas, tendência essa que acompanha a evolução das receitas.

Evolução das Despesas Pagas no Período 2003-2009



Da análise do quadro seguinte constata-se que a despesa paga em 2009 ascendeu a 12.627.764,39€, registando um aumento relativamente ao ano de 2008 de 3,10% (mais 379.382,27€).

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, que se traduz nas disponibilidades de tesouraria até ao final de cada exercício. Representa além da despesa do próprio ano, a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise.

Da despesa total paga, 6.956.298,24€ (55,09%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 5.671.466,15€ (44,91%) correspondem a despesas de capital.

Handwritten notes and signatures:
 P. de
 Salazar
 RPMS
 Assunto
 OK

Evolução das Despesas Municipais pagas no período de 2007 a 2009

Designação	2007		2008		2009		Var 08/09	
	Valor	% parcelar % global	Valor	% parcelar % global	Valor	% parcelar % global	Valor	%
Total da Despesa Corrente	6.877.544,33	100,00% 64,47%	7.276.838,92	100,00% 68,21%	6.956.298,24	100,00% 55,09%	-320.540,68	-4,40%
Pessoal	3.571.172,24	51,93% 33,47%	3.671.249,51	50,45% 34,41%	3.718.987,93	53,46% 29,45%	47.738,42	1,30%
Aquisição de Bens e Serviços	2.343.974,15	34,08% 21,97%	2.508.559,21	34,47% 23,51%	2.334.017,27	33,55% 18,48%	-174.541,94	-6,96%
Juros e Outros Encargos	248.956,25	3,62% 2,33%	259.694,06	3,57% 2,43%	149.405,73	2,15% 1,18%	-110.288,33	-42,47%
Transferências Correntes	333.904,71	4,85% 3,13%	352.339,39	4,84% 3,30%	407.043,56	5,85% 3,22%	54.704,17	15,53%
Outras Despesas Correntes	379.536,98	5,52% 3,56%	484.996,75	6,66% 4,55%	346.843,75	4,99% 2,75%	-138.153,00	-28,49%
Total da Despesa de Capital	3.790.901,52	100,00% 35,53%	4.971.543,20	100,00% 46,60%	5.671.466,15	100,00% 44,91%	699.922,95	14,08%
Aquisição de Bens de Capital	2.574.290,19	67,91% 24,13%	3.830.536,49	77,05% 35,91%	4.641.643,16	81,84% 36,76%	811.106,67	21,17%
Transferências de Capital	612.364,34	16,15% 5,74%	517.839,33	10,42% 4,85%	489.652,01	8,63% 3,88%	-28.187,32	-5,44%
Activos Financeiros	0,00	0,00% 0,00%	0,00	0,00% 0,00%	0,00	0,00% 0,00%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	604.246,99	15,94% 5,66%	577.306,05	11,61% 5,41%	540.170,98	9,52% 4,28%	-37.135,07	-6,43%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00% 0,00%	45.861,33	0,92% 0,43%	0,00	0,00% 0,00%	-45.861,33	-100,00%
Total das Despesas	10.668.445,85	100,00%	12.248.382,12	100,00%	12.627.764,39	100,00%	379.382,27	3,10%

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2007 a 2009:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2007 a 2009

Designação	2007	2008	2009	Var. 08/09	Var. 08/09
				Valor	%
1. Despesas com Pessoal	3.571.172,24	3.671.249,51	3.718.987,93	47.738,42	1,30%
Remunerações certas e permanentes	2.808.524,95	2.898.883,28	2.928.848,39	29.965,11	1,03%
Abonos variáveis ou eventuais	178.481,94	181.167,49	186.887,80	5.720,31	3,16%
Segurança social	584.165,35	591.198,74	603.251,74	12.053,00	2,04%
2. Aquisição de Bens	534.030,03	637.128,18	435.684,24	-201.443,94	-31,62%
Matérias-primas e subsidiárias	10.841,59	25.798,64	20.169,08	-5.629,56	-21,82%
Combustíveis e lubrificantes	207.264,13	226.076,51	143.246,02	-82.830,49	-36,64%
Munições, explosivos e artificios	0,00	364,47	0,00	-364,47	-100,00%
Limpeza e higiene	10.277,01	9.039,83	4.303,98	-4.735,85	-52,39%
Alimentação-Refeições confeccionadas	67.516,92	120.818,23	87.084,07	-33.734,16	-27,92%
Alimentação-Géneros para confeccionar	40.389,01	42.066,76	31.794,41	-10.272,35	-24,42%
Vestuário e artigos pessoais	13.987,13	3.195,56	1.602,07	-1.593,49	-49,87%
Material de escritório	37.760,53	38.107,85	34.555,27	-3.552,58	-9,32%
Material de consumo clínico	0,00	107,12	0,00	-107,12	-100,00%
Material de transporte-Peças	37.360,59	42.164,02	22.348,43	-19.815,59	-47,00%
Material de consumo hoteleiro	939,26	2.365,51	1.374,66	-990,85	-41,89%
Outro material-Peças	29.403,16	24.666,75	25.790,51	1.123,76	4,56%
Prémios, condecorações e ofertas	6.790,16	16.826,67	8.395,85	-8.430,82	-50,10%
Ferramentas e utensílios	3.195,56	5.309,94	2.539,15	-2.770,79	-52,18%
Livros e documentação técnica	1.222,93	822,97	1.679,08	856,11	104,03%
Artigos honoríficos e de decoração	98,01	121,00	332,06	211,06	174,43%
Material de educação, cultura e recreio	10.157,23	9.842,80	15.684,92	5.842,12	59,35%
Outros bens	56.826,81	69.433,55	34.784,68	-34.648,87	-49,90%
3. Aquisição de Serviços	1.809.944,12	1.871.431,03	1.898.333,03	26.902,00	1,44%
Encargos das instalações	590.919,27	496.353,09	705.856,23	209.503,14	42,21%
Conservação de bens	65.110,31	54.237,72	36.358,44	-17.879,28	-32,96%
Comunicações	98.319,22	104.633,26	122.274,45	17.641,19	16,86%
Transportes	621.318,95	498.371,92	297.504,24	-200.867,68	-40,30%
Representação dos serviços	10.333,82	11.835,00	4.080,08	-7.754,92	-65,53%
Seguros	27.718,97	58.424,52	26.891,04	-31.533,48	-53,97%
Deslocações e estadas	0,00	4.107,68	282,12	-3.825,56	-93,13%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	16.970,25	19.200,00	3.384,00	-15.816,00	-82,38%
Formação	2.146,94	13.345,68	27.184,36	13.838,68	103,69%
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Publicidade	35.703,34	46.970,06	25.107,91	-21.862,15	-46,54%
Vigilância e segurança			0,00	0,00	0,00%
Assistência técnica	5.517,61	3.242,98	3.665,02	422,04	13,01%
Outros trabalhos especializados	127.799,41	290.694,74	345.517,11	54.822,37	18,86%
Serviços de saúde	12.088,40	13.364,07	5.463,20	-7.900,87	-59,12%
Encargos de cobrança de receitas	43.923,77	45.035,50	44.775,84	-259,66	-0,58%
Outros serviços	152.073,86	211.614,81	249.988,99	38.374,18	18,13%
4. Juros e Outros Encargos	248.956,25	259.694,06	149.405,73	-110.288,33	-42,47%
Empréstimos de médio e longo prazos	248.477,74	259.045,90	142.112,22	-116.933,68	-45,14%
Outros juros	478,51	648,16	7.260,36	6.612,20	1020,15%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00	33,15	33,15	0,00%
5. Transferências Correntes	333.904,71	352.339,39	407.043,56	54.704,17	15,53%
Estado	11.952,00	11.506,00	6.192,00	-5.314,00	-46,18%
Freguesias	0,00		57.680,32	57.680,32	0,00%
Associações de municípios	0,00		22.984,63	22.984,63	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	317.424,06	336.504,24	315.595,32	-20.908,92	-6,21%
Famílias	4.528,65	4.329,15	4.591,29	262,14	6,06%
6. Outras Despesas Correntes	379.536,98	484.996,75	346.843,75	-138.153,00	-28,49%
Impostos e taxas	1.166,98	1.222,36	1.226,58	4,22	0,35%
Outras	378.370,00	483.774,39	345.617,17	-138.157,22	-28,56%
Total	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	-320.540,68	-4,40%

A análise do quadro anterior permite realçar a importância das Despesas com Pessoal, que representam 53,46% das despesas correntes pagas. As Despesas com Pessoal associadas às Aquisições de Bens e Serviços representam 87,01% da despesa corrente paga.

Dos agregados da despesa corrente verifica-se que:

- A Aquisição de Bens, Juros e Outros Encargos e Outras Despesas Correntes registaram um decréscimo relativamente ao ano de 2008;
- No total as Despesas com Pessoal cresceram menos que o aumento atribuído aos funcionários públicos em 2009 (2,9%);
- As transferências correntes correspondem a 5,85% da despesa corrente e 3,22% da despesa total, ascendendo ao montante de 407.043,56€; Os valores relevados na rubrica de Transferências Correntes respeitam às transferências efectuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

O mapa das transferências correntes anexo identifica as entidades beneficiárias destas transferências.

- Aquisição de Bens e Serviços, representa 33,55% das despesas correntes e 18,48% das despesas totais, cujo valor ultrapassou os 2,3 milhões de euro.

Dos valores pagos nesta rubrica destacam-se, os encargos com combustíveis, comunicações, encargos de instalações (montantes pagos à EDP), transportes (nos quais estão incluídos os transportes escolares), outros serviços (encargos com fotocopiadoras, protocolos de prestação de serviços no âmbito das actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico, análises de água, tarifa paga às Águas do Mondego entre outras).

Incluem-se também aqui os encargos da Autarquia com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, que engloba não só a aquisição de géneros para confeccionar, mas também o pagamento a várias entidades de refeições já confeccionadas.

- A rubrica "Outras Despesas Correntes" que engloba nomeadamente os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont'Alto, Feira das Freguesias, entre outras verificou um decréscimo de 28,49%.

Da análise do quadro seguinte constata-se que a despesa de capital paga registou um crescimento de 14,08%, em termos homólogos.

As componentes de maior expressão são: os Edifícios, onde se destaca o valor das escolas que inclui as obras da Centro Escolar de Coja e alguma coisa ainda do Centro Escolar de S. Martinho da Cortiça; e as construções diversas, nomeadamente a Viação Rural, onde estão inseridas as obras de infra-estruturação viária do concelho.

Do total estimado das despesas de investimento foram pagos 4.641.643,16€, mais 21,17% do que em 2008.

Com a aquisição de Material de Transporte e Maquinaria e Equipamento foram dispendidos 267.704,94€. Deste valor destaca-se a aquisição de uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos que, se cifrou nos 120.000,00€.

Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2007 a 2009

Designação	2007	2008	2009	Var. 08/09 Valor	Var. 08/09 %
1. Terrenos	0,00	61.625,00	547.106,97	485.481,97	787,80%
2. Edifícios	432.437,30	1.522.739,77	1.780.092,35	257.352,58	16,90%
Instalações de serviços	134.113,76	709.551,04	443.332,68	-266.218,36	-37,52%
Instalações desportivas e recreativas	77.173,75	5.869,10	498.196,84	492.327,74	8388,47%
Mercados e instalações de fiscalização sanitária/ Outro	5.787,70	0,00		0,00	0,00%
Escolas	215.362,09	807.319,63	838.562,83	31.243,20	3,87%
3. Construções diversas	1.931.570,79	1.872.541,50	2.012.646,90	140.105,40	7,48%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	155.226,09	18.656,08	485.073,91	466.417,83	2500,08%
Sistemas de drenagem de águas residuais	47.564,92	74.985,33	49.906,34	-25.078,99	-33,45%
Estações de tratamento de águas residuais	26.082,83	40.767,24	2.077,52	-38.689,72	-94,90%
Iluminação pública	0	30.299,73	77.401,19	47.101,46	155,45%
Instalações desportivas e recreativas	20.153,24	9.566,32	2.549,76	-7.016,56	-73,35%
Captação e distribuição de água	127.093,63	49.523,64	51.444,23	1.920,59	3,88%
Viação rural	1.126.372,75	1.555.005,04	1.215.257,09	-339.747,95	-21,85%
Sinalização e trânsito	18.747,20	36.348,65	29.839,86	-6.508,79	-17,91%
Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	155.493,32	0,00	0,00	0,00	0,00%
Cemitérios	4.495,49	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros	250.341,32	57.389,47	99.097,00	41.707,53	72,67%
4. Material de transporte	23.800,00	59.421,19	122.518,26	63.097,07	106,19%
5. Maquinaria e Equipamento	186.482,10	291.291,63	145.186,68	-146.104,95	-50,16%
Equipamento/ Software informática	75.492,10	68.623,80	52.714,10	-15.909,70	-23,18%
Equipamento administrativo	23.343,23	35.631,16	17.750,36	-17.880,80	-50,18%
Equipamento básico	84.779,55	167.730,26	71.295,90	-96.434,36	-57,49%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Objectos de valor	2.867,22	19.306,41	3.426,32	-15.880,09	-82,25%
6. Investimentos incorpóreos	0,00	22.917,40	34.092,00	11.174,60	48,76%
7. Transferências de capital	612.364,34	517.839,33	489.652,01	-28.187,32	-5,44%
Freguesias	377.591,43	481.273,63	439.061,32	-42.212,31	-8,77%
Instituições sem fins lucrativos		36.565,70	50.590,69	14.024,99	38,36%
Famílias	234.772,91			0,00	0,00%
8. Passivos financeiros	604.246,99	577.306,05	540.170,98	-37.135,07	-6,43%
9. Outras despesas de capital	0,00	45.861,33	0,00	-45.861,33	-100,00%
Total	3.790.901,52	4.971.543,20	5.671.466,15	699.922,95	14,08%

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2009, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 540.170,98€.

Nas transferências de capital verificou-se um decréscimo de 5,44% relativamente a 2008.

Nesta rubrica estão incluídos os contratos programa, celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante 219.071,78€, discriminado no seguinte quadro:

Contratos-Programa-2009				
Entidade	Objecto	Valor Total	Valor Pago	Valor em dívida
Associação Freguesias	Trabalhos de siveicultura preventiva nas freguesias de Benfeita, Barril de Alva, Coja, Moura da Serra, Pomares e Piódão	13.359,54	13.359,54	0,00
Freguesia de Anseriz	Trabalhos de siveicultura preventiva na freguesia	1.000,00	1.000,00	0,00
Freguesia de Arganil	Construção de um muro de suporte me Torrozelas	2.616,00	2.616,00	0,00
Freguesia de Barril de Alva	Construção de sanitários no cemitério da freguesia	8.000,00	8.000,00	0,00
	Aquisição de uma viatura	5.000,00	5.000,00	0,00
Freguesia da Benfeita	Beneficiação de ruas na povoação de Luadas	10.000,00	10.000,00	0,00
Freguesia dos Cepos	Beneficiação do depósito de água da povoação do Casal Novo	6.000,00	6.000,00	0,00
Freguesia de Celavisa	Beneficiação de arruamentos naquela localidade e freguesia de Celavisa	8.000,00	8.000,00	0,00
	Beneficiação do cemitério da freguesia	4.000,00	4.000,00	0,00
Freguesia da Cerdeira	"Construção de balneários no polidesportivo daquela localidade e freguesia de Cerdeira	15.000,00	15.000,00	0,00
	Diversos trabalhos de siveicultura preventiva na freguesia	1.000,00	1.000,00	0,00
	Requalificação de águas pluviais no Largo da Portela", localidade daquela freguesia	3.000,00	3.000,00	0,00
Freguesia de Coja	Beneficiação de miradouro na Esculca	7.386,82	7.386,82	0,00
	Calçamento da Rua D. Ernesto Sena de Oliveira (junto ao João César)	5.640,60	5.640,60	0,00
	Beneficiação de espaços verdes e urbanos em Coja	2.796,98	2.796,98	0,00
	Programa de animação de verão	7.500,00	7.500,00	0,00
Freguesia de Folques	Construção de passeios na Vila de Coja	5.000,00	5.000,00	0,00
	Arranjo dos largos de Folque e Monte Redondo" localidades daquela freguesia	11.085,93	11.085,93	0,00
	Beneficiação do cemitério da freguesia	4.500,00	4.500,00	0,00
Freguesia de Pomares	Beneficiação de fossa no Sobral Magro, localidade daquela freguesia	2.500,00	2.500,00	0,00
	Beneficiação do cemitério da freguesia	8.500,00	8.500,00	0,00
	Conservação e manutenção da escola primária de Pomares	1.250,00	1.250,00	0,00
Freguesia de Pombeiro da Beira	Construção de sanitários no cemitério daquela localidade e freguesia de Pombeiro da Beira	8.925,00	8.925,00	0,00
	Beneficiação do edifício de apoio à Igreja Matriz de Pombeiro da Beira	13.250,00	13.250,00	0,00
Freguesia de Piódão	Construção de pontes e beneficiação de acessos junto ao rio Ceira na Malhada Chã, localidade daquela freguesia	7.250,00	7.250,00	0,00
	Beneficiação da captação de água que abastece a estalagem do Piódão	5.675,00	5.675,00	0,00
Freguesia do Sarzedo	Diversos trabalhos de siveicultura preventiva na freguesia	1.000,00	1.000,00	0,00
	obras da praia fluvial do Sarzedo	6.500,00	6.500,00	0,00
Freguesia S. Martinho da Cortiça	Revestimentos exteriores e caixilharia do centro cultural daquela localidade e freguesia de São Martinho da Cortiça	15.255,00	15.255,00	0,00
	Execução de diversos trabalhos de siveicultura preventiva na freguesia	2.640,45	2.640,45	0,00
	Beneficiação de muro na Ponte da Mucela", localidade daquela freguesia e "melhorias no centro escolar de S. Martinho da Cortiça	4.800,00	4.800,00	0,00
Freguesia Teixeira	Remodelação do sistema de abastecimento de água da Teixeira e Caratão, localidades daquela freguesia da Teixeira	18.000,00	18.000,00	0,00
Freguesia Vila Cova	Construção de parque infantil em Vila Cova de Alva, iluminação do centro histórico de Vila Cova de Alva e beneficiação de acessos à ponte do Chafurdo em Casal de São João	15.000,00	15.000,00	0,00
	Execução de diversos trabalhos de siveicultura preventiva na freguesia	1.000,00	1.000,00	0,00
	Total	219.071,78	219.071,78	0,00

Nos quadros seguintes espelha-se a evolução da despesa corrente e de capital paga, num horizonte mais alargado (2003-2009):

A despesa paga em 2009 apresenta a seguinte estrutura:

Estrutura da Despesa Paga-2009		
Classificação da Despesa	Execução	%
Despesas Correntes		
Pessoal	3.718.987,93	29,45%
Aquisição de Bens e Serviços	2.334.017,27	18,48%
Juros e Outros Encargos	149.405,73	1,18%
Transferências Correntes	407.043,56	3,22%
Outras Despesas Correntes	346.843,75	2,75%
Total Despesas Correntes	6.956.298,24	55,09%
Despesas de Capital		
Aquisição de Bens de Capital	4.641.643,16	36,76%
Transferências de Capital	489.652,01	3,88%
Activos Financeiros	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	540.170,98	4,28%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%
Total Despesas de Capital	5.671.466,15	44,91%
Total das Despesas	12.627.764,39	100,00%

Execução Orçamental Despesa

O Orçamento final da despesa ascendeu a 21.331.200,00€, com 8.667.200,00€ afectos a despesas correntes e 12.664.000,00€ a despesas de capital.

Da análise da sua execução podemos verificar que as despesas totais ascenderam a 12.627.764,39€, sendo 6.956.298,24€ (55,09%) despesas de natureza corrente e 5.671.466,15€ (44,91%) despesa de capital. Estes valores executados traduziram-se num índice de pagamentos de 59,20% (desvio de 8.703.435,61€).

A despesa total observa uma execução de 59,20%, em que a execução da despesa corrente se situa nos 80,26% e a de capital nos 44,78%.

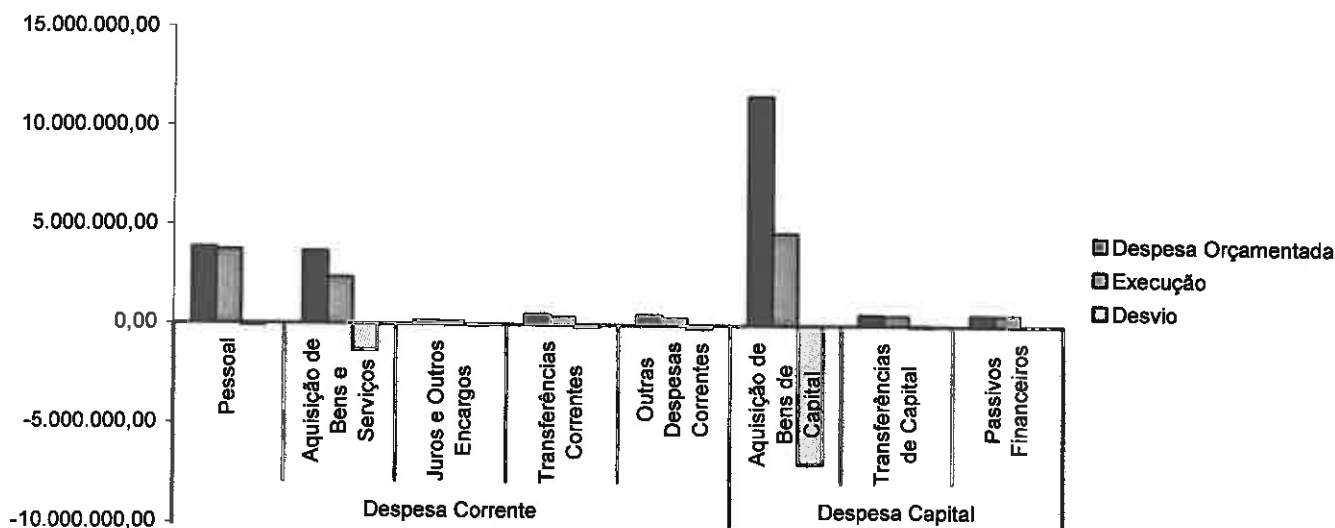
Da análise do quadro seguinte verifica-se que a Aquisição de Bens e Serviços, ao lado das despesas correntes e a Aquisição de Bens de Capital apresentam em termos relativos, e absolutos os maiores desvios relativamente aos valores orçamentados.

Execução Orçamental da Despesa

Classificação da Despesa	Previsão		Execução C	Desvio Valor D=C-B	%	Execução
	Inicial A	Final B				
Despesas Correntes						
Pessoal	4.182.500,00	3.831.100,00	3.718.987,93	-112.112,07	-2,93%	97,07%
Aquisição de Bens e Serviços	3.193.200,00	3.653.000,00	2.334.017,27	-1.318.982,73	-36,11%	63,89%
Juros e Outros Encargos	290.500,00	175.500,00	149.405,73	-26.094,27	-14,87%	85,13%
Transferências Correntes	455.000,00	503.100,00	407.043,56	-96.056,44	-19,09%	80,91%
Outras Despesas Correntes	406.000,00	504.500,00	346.843,75	-157.656,25	-31,25%	68,75%
Total Despesas Correntes	8.527.200,00	8.667.200,00	6.956.298,24	-1.710.901,76	-19,74%	80,26%
Despesas de Capital						
Aquisição de Bens de Capital	11.729.000,00	11.579.000,00	4.641.643,16	-6.937.356,84	-59,91%	40,09%
Transferências de Capital	525.000,00	535.000,00	489.652,01	-45.347,99	-8,48%	91,52%
Passivos Financeiros	550.000,00	550.000,00	540.170,98	-9.829,02	-1,79%	98,21%
Outras Despesas da Capital	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Despesas de Capital	12.804.000,00	12.664.000,00	5.671.466,15	-6.992.533,85	-55,22%	44,78%
Total das Despesas	21.331.200,00	21.331.200,00	12.627.764,39	-8.703.435,61	-40,80%	59,20%

Graficamente pode ver-se de seguida a diferença entre as despesas previstas e as executadas:

Previsão/ Execução/ Desvio Despesa 2009



No que respeita às despesas de capital verifica-se que, o respectivo valor pago totalizou menos 6.992.533,85€ do que a previsão final, para o que, à semelhança de anos anteriores muito contribuiu o diferencial registado na rubrica Aquisição de Bens de Capital

Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projectos nomeadamente: Requalificação da Antiga Cerâmica e Espaço Envolvente, EB1 de Arganil, a Requalificação do Parque do Prado, a Requalificação do Teatro Alves Coelho e beneficiações de algumas Redes Viárias, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

No quadro seguinte podemos ver a evolução das taxas de execução da despesa no período de 2003 a 2009:

Grau de Execução Orçamental da Despesa							
Despesa	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Despesa Corrente	77,90%	74,27%	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%
Despesa de Capital	40,70%	36,08%	41,61%	72,63%	50,96%	40,19%	44,78%
Despesa Total	53,82%	53,37%	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%

No total a execução da despesa pouco variou do verificado em 2008. No entanto verifica-se uma maior concretização nas despesas de capital do que nas despesas correntes.

Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2009, estimaram-se inicialmente em 14.152.500,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 14.161.600,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 45,21%, sendo que, 39,67% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 71,54% às Actividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	11.904.500,00	11.699.500,00	4.641.643,16	39,67%
Actividades Mais Relevantes	2.248.000,00	2.462.100,00	1.761.414,91	71,54%
Total	14.152.500,00	14.161.600,00	6.403.058,07	45,21%

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projectos:

Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2009 mais valores realizados em anos anteriores e não pagos	Realizado Total	Pago em 2009	Pago Total
Projectos das PPI					
Centro Educativo de Coja	206.750,70	1.023.150,12	1.229.900,82	785.124,43	991.875,13
Restaurante o "Parque"		444.025,36	444.025,36	416.258,63	416.258,63
Requalificação Sub-Paço	6.512,00	782.472,05	788.984,05	352.562,53	359.074,53
Ampliação e conservação das redes existentes - Saneamento		76.308,32	76.308,32	49.906,34	49.906,34
Construção, ampliação e conservação das redes existentes - Água		57.668,66	57.668,66	51.444,23	51.444,23
Aquisição Equipamento para Águas		46.420,94	46.420,94	34.461,78	34.461,78
Requalificação Antiga Cerâmica	5.869,10	351.120,00	356.989,10	192.720,00	198.589,10
Relvado Sintético Campo de Futebol		274.901,73	274.901,73	270.386,73	270.386,73
Aquisição Terrenos em Zonas Industriais	56.625,00	543.746,97	600.371,97	543.746,97	600.371,97
Iluminação pública		83.919,29	83.919,29	77.401,19	77.401,19
Ponte do Cartamil		178.541,59	178.541,59	129.727,54	129.727,54
Beneficção Acessibilidades Piódão Parte I	23.943,68	656.671,60	680.615,28	543.724,58	567.668,26
Requalificação Rede Viária Municipal		754.424,52	754.424,52	107.417,38	107.417,38
Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias no Piódão	294.585,11	757.801,78	1.052.386,89	209.788,34	504.373,45
Acessibilidades ao Piódão Parte III		132.327,26	132.327,26	74.878,09	74.878,09
Projectos das AMR's					
Transportes escolares		579.902,69	579.902,69	294.298,21	294.298,21
Custos Funcionamento das Águas do Mondego		195.674,07	195.674,07	135.995,23	135.995,23
Custos Funcionamento da ERSUC		178.492,68	178.492,68	140.349,46	140.349,46
Apoio a instituições recreativas desportivas e culturais		133.890,00	133.890,00	122.640,00	122.640,00
Ficabeira		173.346,64	173.346,64	139.237,39	139.237,39
Feira das Freguesias		25.963,14	25.963,14	25.881,36	25.881,36
Transferências para as Freguesias		507.620,22	507.620,22	496.741,64	496.741,64
Transferências para Outras Instituições		118.347,99	118.347,99	96.140,32	96.140,32
Total	594.285,59	8.076.737,62	8.671.023,21	5.290.832,37	5.885.117,96

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2009:

- Centro Escolar de Coja, com uma taxa de execução anual de 69,23% e cuja conclusão financeira será no decurso de 2010;
- Aquisição de Terrenos nas Zonas Industriais, que respeita ao valor das aquisições feitas para o alargamento da Zona Industrial da Relvinha;
- A Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão Parte I, com uma taxa de execução anual de 79,96%;
- Os Transportes Escolares, projecto das AMR's, cujo valor de execução ficou abaixo dos 50%, mas representa o peso suportado pelo Município em despesas com a Educação;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Actividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

A execução global de 2009 ficou acima da verificada no ano de 2008 (42,30%).

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

O Decreto-Lei n.º 116/84, de 06 de Abril regulamentava os limites dos encargos com o pessoal dos Municípios; no entanto a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/09, de 23 de Outubro, que veio revogar o anterior não inclui nenhuma limitação às despesas com o pessoal, podendo esta ser fixada no Orçamento de Estado.

A Lei de Orçamento de Estado para 2009 não previu qualquer limite para esse ano para as despesas com pessoal das Autarquias Locais. No entanto o n.º 5 do art. 50º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de actualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente dos recursos aconselha a sua contenção. Desse modo, em 2009, verificou-se forte esforço de contenção de despesas com o pessoal.

As Remunerações Certas são o agregado com maior peso no total das despesas com Pessoal (78,75%), tendo o crescimento registado face a 2008 de 1,03%. Este crescimento foi inferior ao aumento salarial para 2009 que se cifrou em 2,9%.

Verifica-se uma diminuição dos montantes gastos nas rubricas Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença e no Pessoal Contratado a Termo.

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social.

Salienta-se também o peso da ADSE, despesas com a saúde dos funcionários e seus agregados familiares. A ADSE funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com: senhas de presença dos eleitos, trabalho extraordinário, ajudas de custo (mais relevantes) que no seu todo cresceram 3,16% relativamente a 2008.

Os montantes respeitantes às despesas com pessoal foram enviados à Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de modo a se cumprir o fixado pela Lei das Finanças Locais. Deste modo foram enviados trimestralmente, para a entidade acima referida, mapas comparativos entre 2008 e 2009, com as respectivas excepções e cujo conteúdo se apresenta de seguida:

Montantes acumulados no final de 2009			
	Final trimestre 2008 (1)	Final trimestre 2009 (2)	Comparação [2009-2008] (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	3.671.249,51	3.718.987,93	47.738,42
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)			0,00
TOTAL	3.671.249,51	3.718.987,93	47.738,42
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			71.172,76
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			
Aumento resultante de disposições legais			
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			-23.434,34

No quadro acima é possível verificar que relativamente a 2008 houve uma variação positiva das despesas com pessoal e aquisição de serviços, compensada pelo valor das excepções que superam o valor do aumento.

Mostramos de seguida o valor das excepções, cujo valor está referido acima:

DESPESAS COM PESSOAL - JUSTIFICAÇÃO DOS AUMENTOS
(indicação dos diplomas, protocolos ou sentenças com o respectivo valor)

Notas:

- 1. Aumento resultante de**
- A - Actualização dos vencimentos dos funcionários públicos
 - B - Delegação de competências da Administração Central
 - C - Disposições legais
 - D - Sentenças judiciais
 - E - Outras situações (al. c) do n.º 5 do art.º 50.º da LFL)

(€)		
Aumento (A/B/C/D/E)	Justificação / Fundamentação legal	Montante
B	Despacho do Gabinete da Ministra da Educação nº 12591/2006, publicado na II Série do Dr nº 115 de 16/06/2006	34.737,78
A	Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de Janeiro	71.172,76
C	Estágios Profissionais ao Abrigo do DL n.º 94/2006, de 29 de Maio	22.681,87

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas correntes, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas correntes totais aumentou no ano de 2009:

Despesa Pessoal / Despesa Corrente	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Despesas com Pessoal	3.293.325,17	3.267.731,87	3.495.495,26	3.666.293,97	3.571.172,24	3.671.249,51	3.718.987,93
Despesas Correntes	5.497.841,09	5.980.654,62	6.210.286,89	6.944.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24
Desp. Pessoal/ Correntes	59,90%	54,64%	56,29%	52,79%	51,93%	50,45%	53,46%

Neste capítulo, é relevante a despesa relacionada com o pessoal afecto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

N.º Funcionários da Câmara Municipal afectos às Juntas de Freguesia		
Freguesia	N.º de Funcionários	Valor
Anseriz	1	7.550,68
Arganil	1	9.460,89
Barril de Alva	1	11.037,99
Benfeita	3	24.115,61
Celavisa	2	15.026,78
Cepos	2	21.566,31
Cerdeira	1	8.430,79
Coja	2	19.754,31
Folques	2	15.779,16
Moura da Serra	2	13.887,85
Piódão	3	31.411,44
Pomares	3	24.082,87
Pombeiro Beira	3	27.982,88
Secarias	1	7.676,31
Sarzedo	2	11.354,18
S.Mart.Cortiça	2	15.121,27
Teixeira	2	16.337,78
Vila Cova Alva	1	9.360,20
Total	34	289.937,30

Refere-se ainda que para as Freguesias de S. Martinho da Cortiça e Coja foi transferido o montante correspondente ao custo de um funcionário.

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (FSM) introduzido pela primeira vez em 2007 consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

No exercício de 2009 e conforme a indicação da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) as despesas enquadráveis no FSM encontram-se definidas na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

Sublinha-se que o FSM não se trata de uma receita acrescida para as autarquias, mas de parte dos anteriores Fundos Municipais extintos pela nova Lei das Finanças Locais (LFL), que antes de 2007 eram transferidos sem qualquer condicionalismo, e que passaram com a criação do FSM a serem obrigatoriamente afectas a determinadas funções sociais. A instituição do FSM traduziu-se assim numa perda de autonomia financeira dos Municípios, em relação às verbas transferidas anualmente através do Orçamento de Estado.

Desta forma o Município de Arganil e para o ano de 2009 estava obrigado a realizar pagamentos no montante mínimo de 232.195,00€ sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências para o ano de 2010 os valores em falta.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2009 relativos ao funcionamento dos três ciclos de ensino básico:

Despesas com Educação	Despesa Municipal	Financiamento			Despesa Suportada pelo Município
		Comparticipação Estado	Protocolos com a DREC	Famílias	
Transportes Escolares	110.190,51				
Refeições Escolares	115.393,07				
Prolongamento horário	26.769,24				
Actividades de Enriquecimento Curricular	77.002,74	232.195,00	215.295,41	64.065,04	188.613,64
Pessoal Auxiliar	260.138,20				
Outras Despesas de Fun. Corrente	110.675,33				
Total	700.169,09	232.195,00	215.295,41	64.065,04	188.613,64

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um deficit de 27%, que é directamente participado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 188 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação.

Refira-se ainda que estamos a falar de despesas pagas, porque se estivéssemos a trabalhar com despesas realizadas o valor dos transportes escolares seria superior.

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socio-económica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos (para aquisição de livros escolares), reduções e isenções nas refeições escolares e prolongamento de horário.

Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

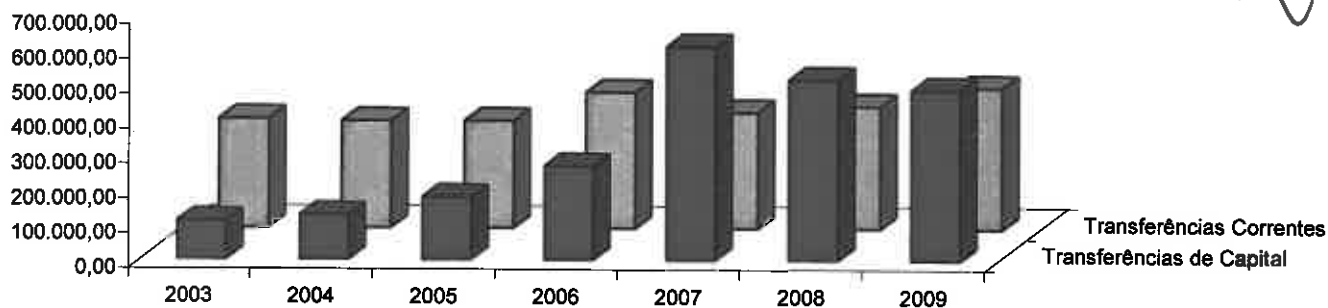
Por outro lado, o Investimento realizado neste sector, nomeadamente os Centros Escolares, não é participado a 100%, sendo a taxa de participação efectiva de 70%.

Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos seis anos.

Evolução das Transferências Correntes e de Capital							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Transferências Correntes	313.906,53	307.257,97	308.280,56	391.452,28	333.904,71	352.339,39	407.043,56
Transferências de Capital	109.670,83	127.427,70	179.079,07	268.809,35	612.364,34	517.839,33	489.652,01

Transferências



Do gráfico e quadro acima verifica-se que em 2009 o valor das transferências correntes voltou a aumentar ligeiramente relativamente a 2008. Por seu lado as transferências de capital viram o seu valor reduzir-se. Esta redução deve-se ao facto de terem terminado as transferências para a ADESA (Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor) no âmbito da comparticipação dos *Bulldozers*.

Ainda relativamente às transferências de capital, como já anteriormente foi referido, parte dizem respeito ao valor transferido para as Freguesias, no âmbito da Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados.

Montantes recebidos pelas Juntas de Freguesia:

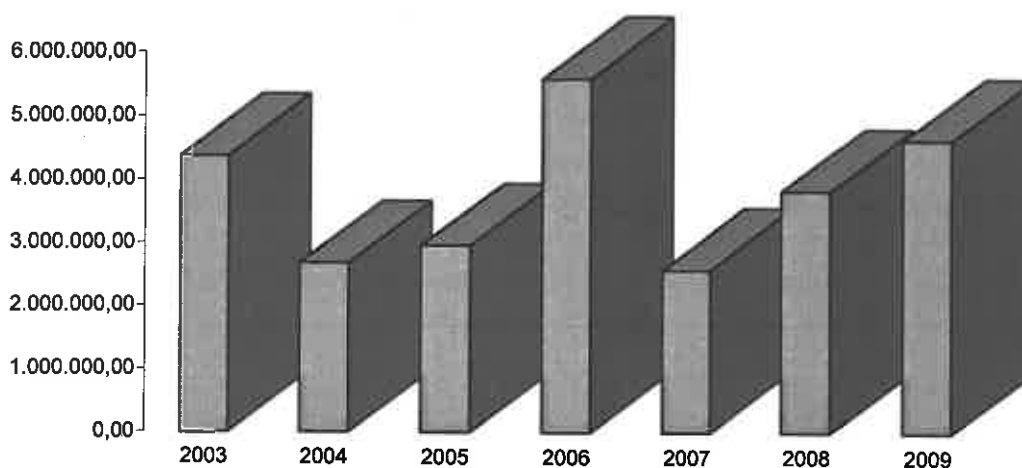
No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma directa – transferência, quer de forma indirecta – pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal:

Montantes recebidos directa e indirectamente pelas Juntas de Freguesia						
Freguesia	Delegação de Competências	Adendas Delegação Comp.	Contratos Programa	Outros Apoios	Pessoal	Total
Anseriz	6.000,00		1.000,00		7.550,68	14.550,68
Arganil	22.500,00		2.616,00		9.460,89	34.576,89
Barril de Alva	6.630,00		13.000,00		11.037,99	30.667,99
Benfeita	10.632,00		10.000,00	571,80	24.115,61	45.319,41
Celavisa	7.783,00	750,00	12.000,00		15.026,78	35.559,78
Cepos	6.569,00		11.000,00		21.566,31	39.135,31
Cerdeira	6.537,00		19.000,00		8.430,79	33.967,79
Coja	19.529,00	10.410,00	23.204,40	536,56	19.754,31	73.434,27
Folques	9.648,00		15.585,93		15.779,16	41.013,09
Moura da Serra	6.305,00		5.000,00		13.887,85	25.192,85
Plódão	10.739,00		12.925,00		31.411,44	55.075,44
Pomares	12.867,00		12.250,00		24.082,87	49.199,87
Pombeiro Beira	18.279,00	8.158,95	22.175,00	6.810,48	27.982,88	83.406,31
Secarias	7.743,00				7.676,31	15.419,31
Sarzedo	10.732,00	750,00	7.500,00	14.848,95	11.354,18	45.185,13
S.Mart.Cortiça	20.443,00	20.172,35	22.695,45		15.121,27	78.432,07
Teixeira	7.714,00		18.000,00		16.337,78	42.051,78
Vila Cova Alva	9.350,00		16.000,00		9.360,20	34.710,20
Total	200.000,00	40.241,30	223.951,78	22.767,79	289.937,30	776.898,17

Aquisição de Bens de Capital

Aquisição de Bens de Capital	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aquisição de Bens de Capital	4.366.517,59	2.681.358,23	2.961.215,59	5.595.257,35	2.574.290,19	3.830.536,49	4.641.643,16

Evolução da Aquisição de Bens de Capital



Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, após o pico registado no ano de 2006 apresentam uma tendência crescente constante.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar 3.064.990,99€, factor que contribuiu para a fraca execução do orçamento, no que respeita às despesas de capital.

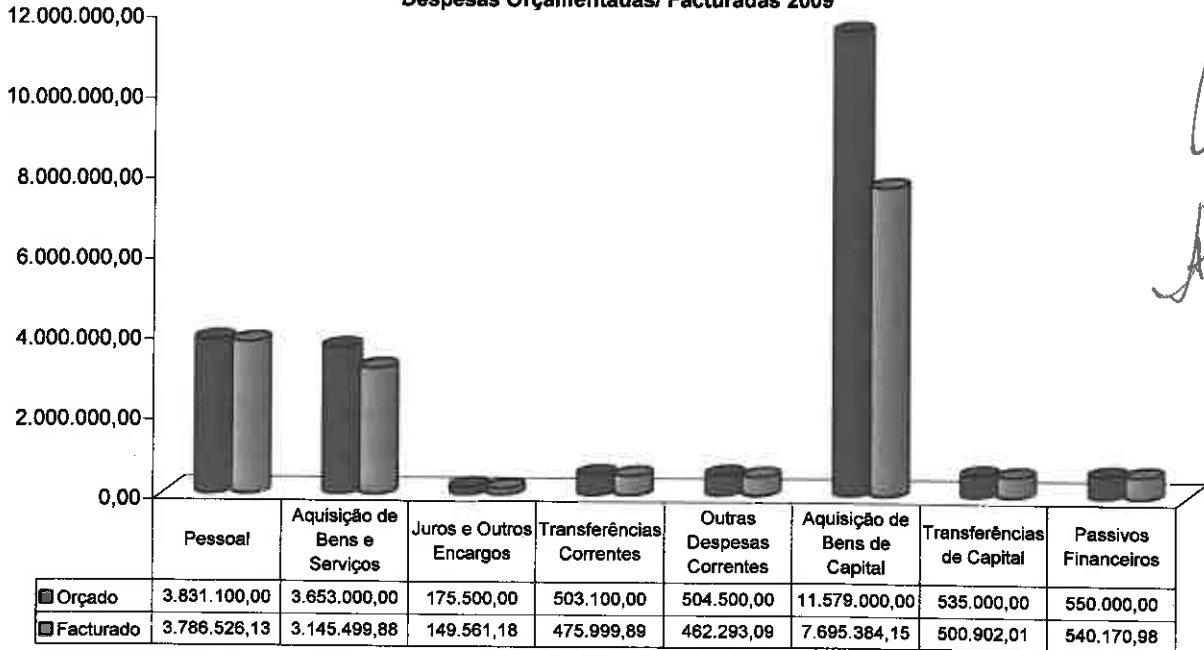
Refira-se, ainda, que a rubrica "Aquisição de bens de Capital" representa 44,91% das Despesas Totais.

Análise da Despesa Facturada	2006				2007				2008				2009			
	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Tx Exec. %	Orçado	Fact. Total	Tx Exec. %	Tx Exec. %
Despesas Correntes																
Pessoal	3.845.850,00	3.704.335,03	96,32%	99,81%	3.596.060,00	3.589.259,68	99,81%	98,85%	3.725.500,00	3.682.750,07	98,85%	98,84%	3.831.100,00	3.786.526,13	98,84%	98,84%
Aquisição de Bens e Serviços	2.995.619,00	2.686.531,95	89,68%	96,84%	2.707.190,00	2.621.748,09	96,84%	92,11%	3.214.900,00	2.961.135,49	92,11%	86,11%	3.653.000,00	3.145.499,88	86,11%	86,11%
Juros e Outros Encargos	308.400,00	288.215,47	93,46%	99,96%	249.200,00	249.093,41	99,96%	89,61%	290.000,00	259.860,65	89,61%	85,22%	175.500,00	149.561,18	85,22%	85,22%
Transferências Correntes	495.600,00	427.403,74	86,24%	97,58%	352.801,00	344.279,71	97,58%	92,32%	417.000,00	384.965,90	92,32%	94,61%	503.100,00	475.999,89	94,61%	94,61%
Outras Despesas Correntes	538.900,00	476.870,15	88,49%	97,16%	426.600,00	414.499,00	97,16%	94,98%	526.872,00	500.434,83	94,98%	91,63%	504.500,00	462.293,09	91,63%	91,63%
Total Despesas Correntes	8.184.369,00	7.583.356,34	92,66%	98,46%	7.331.851,00	7.218.879,89	98,46%	95,29%	8.174.272,00	7.789.146,94	95,29%	92,53%	8.667.200,00	8.019.880,17	92,53%	92,53%
Despesas de Capital																
Aquisição de Bens de Capital	8.647.240,00	5.821.464,74	67,32%	48,09%	6.170.732,00	2.967.389,38	48,09%	38,73%	11.168.000,00	4.324.810,29	38,73%	66,46%	11.579.000,00	7.695.384,15	66,46%	66,46%
Transferências de Capital	305.600,00	276.962,17	90,63%	97,09%	662.620,00	643.306,95	97,09%	93,94%	562.500,00	528.430,02	93,94%	93,63%	535.000,00	500.902,01	93,63%	93,63%
Activos Financeiros	67.000,00	65.555,00	97,84%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	100,00%	0,00	0,00	100,00%	100,00%
Passivos Financeiros	2.414.000,00	2.386.797,07	98,87%	99,88%	605.000,00	604.246,99	99,88%	98,91%	583.650,00	577.306,05	98,91%	98,21%	550.000,00	540.170,98	98,21%	98,21%
Outras Despesas de Capital	30.000,00	24.939,90	83,13%	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00%	55.000,00	45.861,33	0,00%	100,00%	0,00	0,00	100,00%	100,00%
Total Despesas de Capital	11.463.840,00	8.575.718,88	74,81%	56,67%	7.438.352,00	4.214.943,32	56,67%	44,27%	12.369.150,00	5.476.407,69	44,27%	68,99%	12.664.000,00	8.736.457,14	68,99%	68,99%
Total das Despesas	19.648.209,00	16.159.075,22	82,24%	77,41%	14.770.203,00	11.433.823,21	77,41%	64,57%	20.543.422,00	13.265.554,63	64,57%	78,55%	21.331.200,00	16.756.337,31	78,55%	78,55%

Quadro Evolutivo das Despesas

	2006	2007	Var%	2008	Var%	2009	Var%
Orçamentado	19.648.209,00	14.770.203,00	-24,83%	20.543.422,00	39,09%	21.331.200,00	3,83%
Cabimentado	17.108.758,22	12.865.974,93	-24,80%	14.872.066,51	15,59%	18.441.411,68	24,00%
Facturado	16.159.075,22	11.433.823,21	-29,24%	13.265.554,63	16,02%	16.756.337,31	26,31%
Executado	15.270.439,03	10.668.445,85	-30,14%	12.248.382,12	14,81%	12.627.764,39	3,10%

Despesas Orçamentadas/ Facturadas 2009



Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2009

Designação	Orçamentada	Comprometida	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
1. Despesas Correntes	8.667.200,00	8.058.648,23	8.019.880,17	6.956.298,23	1.063.581,94	38.768,06
1.1 Pessoal	3.831.100,00	3.786.526,13	3.786.526,13	3.718.987,92	67.538,21	0,00
1.3 Aquisição de Bens	773.200,00	622.368,34	609.730,92	435.684,24	174.046,68	12.637,42
1.2 Aquisição de Serviços	2.879.800,00	2.561.187,34	2.535.768,96	1.898.333,03	637.435,93	25.418,38
1.4 Juros e Outros Encargos	175.500,00	149.561,18	149.561,18	149.405,73	155,45	0,00
1.5 Transferências Correntes	503.100,00	475.999,89	475.999,89	407.043,56	68.956,33	0,00
1.6 Outras Despesas Correntes	504.500,00	463.005,35	462.293,09	346.843,75	115.449,34	712,26
2. Despesas de Capital	12.664.000,00	10.094.627,72	8.736.457,14	5.671.466,16	3.064.990,98	1.358.170,58
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	4.695.500,00	3.021.323,10	2.806.769,65	2.327.199,32	479.570,33	214.553,45
2.2 Construções Diversas	6.290.000,00	5.624.050,52	4.498.255,21	2.012.646,90	2.485.608,31	1.125.795,31
2.3 Material de Transporte	145.000,00	130.656,28	130.656,28	122.518,26	8.138,02	0,00
2.4 Equipamento e Software Informático	108.000,00	105.642,13	102.185,09	52.714,11	49.470,98	3.457,04
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	289.000,00	131.541,22	117.176,44	89.046,26	28.130,18	14.364,78
2.6 Outros Investimentos	51.500,00	40.341,48	40.341,48	37.518,32	2.823,16	0,00
2.7 Transferências de Capital	535.000,00	500.902,01	500.902,01	489.652,01	11.250,00	0,00
2.8 Passivos Financeiros	550.000,00	540.170,98	540.170,98	540.170,98	0,00	0,00
Total de Despesas (1+2)	21.331.200,00	18.153.275,95	16.756.337,31	12.627.764,39	4.128.572,92	1.396.938,64

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa facturada por liquidar em 2009 que transitou para o exercício de 2010 foi de 4.128.572,92;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e facturadas ficou bastante próximo do valor previsto;
- O valor da dívida a terceiros situou-se fundamentalmente ao nível da Aquisição de Bens de Capital e da Aquisição de Bens e Serviços com facturação por pagar de 3.053.740,98€ e de 811.482,61€ respectivamente;
- Os valores dos encargos comprometidos no ano de 2009, nos termos das respectivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da actividade correspondente ascendeu a 1.396.938,64€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 92,53%
 - Despesas de capital – 68,98%

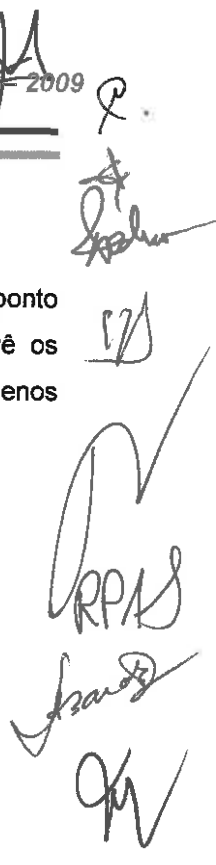
Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas, efectivamente pagas.

4.4 Equilíbrio Orçamental

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que instituiu o POCAL, dispõe na alínea e) do ponto 3.1.1 que, as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes".

Em termos previsionais, apresentou-se, no início do ano económico de 2009, uma receita corrente de 8.550.938€, para uma despesa corrente de 8.527.200€ de que resulta uma poupança corrente, a aplicar em despesa de capital, de 23.738€.

No Município de Arganil a aplicação da norma em causa, resultou no exercício de 2009 numa poupança corrente de 1.034.162,15€. Este equilíbrio orçamental traduz a capacidade da autarquia conseguir, com receita corrente, financiar a estrutura necessária ao funcionamento: dos serviços municipais, dos projectos educacionais, sociais, culturais e de desporto, e libertar meios para financiar despesas de capital. Face ao ano de 2008 registou-se um aumento do superávit.



	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Correntes	5.856.356,70	6.378.897,60	6.507.615,28	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39
Despesas Correntes	5.497.841,09	5.980.654,62	6.210.286,89	6.944.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24
Poupança Corrente	358.515,61	398.242,98	297.328,39	-207.033,33	630.644,78	308.889,63	1.034.162,15

Saldo da Gerência

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer digam respeito a operações orçamentais, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte:

Saldo de Gerência		Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
	Saldo da gerência anterior (2008)	197.617,65	365.352,34
2009	Receitas	12.570.103,40	572.041,02
	Despesas	12.627.764,39	609.370,96
	Saldo para gerência seguinte	139.956,66	328.022,40

Do resultado dos movimentos financeiros efectuados durante a gerência de 2009 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 13.142.144,42€. Deste montante, 12.570.103,40€ são provenientes de receitas orçamentais e 575.041,02€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 13.237.135,35€, repartidas pelas despesas orçamentais (12.627.764,39€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (609.370,96€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2008, no valor total de 562.969,99€, o saldo a transitar para o ano económico de 2010, será de 467.979,06€. Este saldo da gerência de 2009 decompõe-se em 139.956,66€, como saldo de operações orçamentais, e em 328.022,40€, como saldo de operações de tesouraria.

4.5 Indicadores Estatísticos

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das actividades levadas a efeito pela Autarquia.

Designação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Impostos Directos/ Receitas Correntes	12,95%	14,37%	16,42%	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	7,66%	10,90%	11,90%	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%
Transferências Correntes/ Receitas Correntes	67,38%	64,38%	59,99%	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	55,00%	57,00%	68,00%	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%
Receitas Capital/ Receitas Totais	45,00%	43,00%	32,00%	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%
Pessoal/ Despesas Correntes	55,74%	52,11%	49,33%	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	28,88%	32,35%	34,89%	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%
Investimentos/ Despesas de Capital	90,00%	87,49%	85,36%	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	8,80%	9,75%	12,15%	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	46,00%	48,00%	54,00%	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%
Despesas Capital/ Despesas Totais	54,00%	52,00%	46,00%	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%
Pessoa/Receitas Correntes	59,98%	56,29%	52,39%	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%
Fundos/ Despesas Totais	42,04%	42,32%	46,60%	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%
Amortizações+Juros/Receitas Totais	7,84%	7,74%	7,51%	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	92,94%	92,56%	94,16%	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%
Receitas Capital/ Despesas Capital	93,62%	64,32%	51,36%	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas facturadas.

4.6 Endividamento

Limite Legal de Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Neste ponto importa enquadrar o endividamento de médio e longo prazo à luz do estabelecido na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), quanto à capacidade de endividamento estabelecida para os municípios.

O n.º 2 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais estabelece que “O montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS..., da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior”.

A Lei das Finanças Locais acrescenta ainda na sua alínea a) do n.º 2 do artigo 61º que, os empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento municipal são excluídos do novo limite previsto no n.º 2 do artigo 39º.

Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazos	
Designação	2009
1. Impostos Municipais (receita ano anterior)	1.366.964,00
1.1 Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	813.773,00
1.2 Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	424.743,00
1.3 Imposto Único de Circulação (IUC)**	122.427,00
1.4 Contribuição Autárquica	4.026,00
1.5 Imposto Municipal de Sisa	1.995,00
2. FEF + IRS (Mapa XIX do Orçamento do Estado para 2009)	6.360.630,00
3. Derrama	0,00
4. Participação nos resultados das entidades do sector empresarial local	0,00
5. Total (limite ao endividamento de Médio e Longo Prazo 2009 (1+2+3+4))	7.727.594,00
6. Empréstimos em dívida não excepcionados	3.700.000,00
7. Margem para o limite de empréstimos de médio e longo prazo	4.027.594,00
	52,12%

Para o ano de 2009 e de acordo com o quadro acima o limite dos empréstimos de médio e longo prazo situou-se em 7.727.594,00€, deste modo, o município de Arganil possuía no final de 2009 uma margem confortável em termos de endividamento de Empréstimos de Médio e Longo Prazo, sendo 52,12% inferior ao limite legal de endividamento.

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução dos Encargos do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo								
Descrição	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
Amortização de Capital	2.386.797,07	93,89%	604.246,99	70,86%	577.306,05	69,03%	540.170,98	78,33%
Encargos Financeiros	155.239,31	6,11%	248.477,74	29,14%	259.045,90	30,97%	149.405,73	21,67%
Serviço da Dívida	2.542.036,38	100,00%	852.724,73	100,00%	836.351,95	100,00%	689.576,71	100,00%

O total do serviço da dívida em 2009 ascendeu a 689.576,71€. No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 149.405,73€, e foram efectuadas amortizações, no valor de 540.170,98€, as quais representam 78,33% do valor total do serviço da dívida.

Em 2009 os valores correspondem:

- Amortização de Capital:

- Empréstimo Médio Longo Prazo – 500.000,00€
- Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários – 50.236,96€ (destes, 10.065,98€ foram amortizações extraordinárias);

- Encargos Financeiros:

- Juros Empréstimo Médio Longo Prazo – 135.193,12€
- Juros Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários – 6.919,10€;

Refira-se ainda que no final do ano de 2009, o valor dos Empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários ascendia a 152.105,24€, montante que não é considerado para efeitos dos limites de endividamento líquido e capacidade de endividamento.

Limite Legal Endividamento Líquido Municipal

Foi imposto às autarquias locais, através na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) uma limitação ao endividamento líquido dos Municípios, sendo este calculado através da diferença entre Passivos e Activos Financeiros, sendo retirados os empréstimos em dívida excepcionados.

De acordo com a Lei acima referida, "O montante do endividamento líquido total de cada Município não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior".

Acresce que, nos termos do nº 4 do artigo 5º da Lei das Finanças Locais, a violação dos limites de endividamento líquido previsto para cada município origina uma redução no mesmo montante, na transferência do FEF devidas no ano seguinte.

Ora, nos termos do artigo 71º do Decreto de Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março – Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2009, a Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) deve comunicar aos Municípios, até 15 de Junho, os montantes máximos de endividamento.

Os valores de referência indicados pela DGAL para 2009 foram os seguintes:

Demonstração do cálculo dos limites ao endividamento municipal para 2009

Receitas Municipais	Receita Líquida
Total de Impostos Municipais de 2008*	1.366.964,00
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	813.773,00
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	424.743,00
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	122.427,00
Contribuição Autárquica	4.026,00
Imposto Municipal de Sisa	1.995,00
Derrama	0,00
Total Impostos Municipais e Derrama	1.366.964,00 (A)
Receitas Arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades dos SEL	0,00 (B)
FEF + IRS (Mapa XIX do Orçamento do Estado para 2008)	6.360.630,00 (C)
Total de Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	7.727.594,00 (D) = (A) + (B) + (C)
Limite ao endividamento de Curto Prazo	772.759,40 (E) = 10% × (D)
Limite ao endividamento de Médio e Longo Prazos	7.727.594,00 (F) = 100% × (D)
Limite ao Endividamento Líquido	9.659.493,00 (G) = 125% × (D)

Refira-se que o cálculo do endividamento acima referido foi efectuado com base no nº 1 do artigo 36º da Lei das Finanças Locais (LFL), que estabelece o seguinte conceito de endividamento líquido municipal:

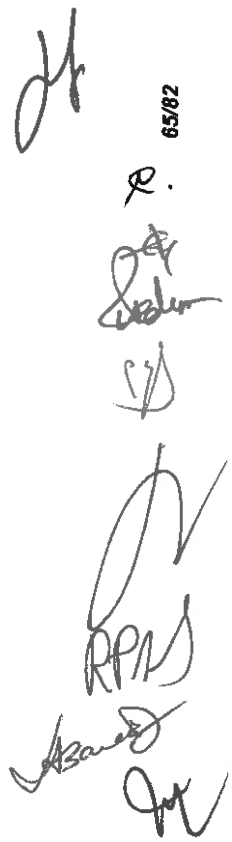
O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros (sublinhados nossos).

No quadro seguinte podemos analisar a evolução do endividamento do Município de Arganil calculado sob esta forma:

Evolução do endividamento líquido

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Var. %	2009	Var. %
Passivos Financeiros (1)										
Médio e Longo Prazos										
Empréstimos	3.473.121,75	2.798.995,77	2.431.029,38	5.479.540,72	4.902.342,21	4.360.353,85	3.819.949,93	-11,1%	3.819.949,93	-12,4%
For. Sistema Locação Financeira	989.441,86	903.693,04	865.330,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Curto Prazo										
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	588.497,91	577.306,07	541.988,35	532.155,31	0,0%	532.155,31	0,0%
Fornecedores (c/c e imobilizado)	2.461.481,31	2.851.742,92	4.177.197,71	747.521,28	647.678,02	968.270,01	3.980.366,89	49,5%	3.980.366,89	311,1%
Estado e Outros Entes Públicos	40.170,08	38.901,48	37.656,15	36.575,76	41.327,38	36.567,11	37.059,87	-11,5%	37.059,87	1,3%
Administração Autárquica	20.946,96	46.074,08	46.571,47	15.651,48	97.236,70	24.434,36	22.041,11	-74,9%	22.041,11	-9,8%
Outros Credores	467.782,60	521.010,54	628.928,51	518.818,39	365.361,55	363.262,30	418.780,31	-0,6%	418.780,31	15,3%
Acréscimos e Diferimentos*	0,00	358.960,36	364.998,54	348.208,89	417.287,79	402.794,96	421.521,51	-3,5%	421.521,51	4,6%
Total Passivos Financeiros	7.452.944,56	7.519.378,19	8.551.712,19	7.734.814,43	7.048.539,72	6.697.670,94	9.232.070,37	-5,0%	9.232.070,37	37,8%
Activos Financeiros (2)										
Caixa	22.120,85	1.937,94	2.252,30	19.953,72	7.402,66	1.577,74	8.186,85	-78,7%	8.186,85	418,9%
Depósitos Instituições Financeiras	736.202,54	561.333,65	730.680,62	1.192.678,30	776.825,69	561.392,25	459.792,21	-27,7%	459.792,21	-18,1%
Clientes	53.094,14	50.628,89	56.589,23	62.164,12	26.963,97	24.639,23	37.052,56	-8,6%	37.052,56	50,4%
Estado e Outros Entes Públicos	382,91	3.912,02	24.094,94	52.609,30	37.153,74	39.437,97	34.237,65	6,1%	34.237,65	-13,2%
Outros Devedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.775,74	577.660,30	0,0%	577.660,30	69,6%
Acréscimos e Diferimentos	33.435,90	56.212,81	25.857,04	33.058,80	51.103,19	178.028,08	93.659,02	248,4%	93.659,02	-47,4%
Investimentos Financeiros	45.323,18	45.323,18	238.356,95	238.356,95	238.356,95	230.874,98	230.874,98	-3,1%	230.874,98	0,0%
Total dos Activos Financeiros	890.559,52	719.348,49	1.077.831,08	1.598.821,19	1.137.806,20	1.376.725,99	1.441.659,01	21,0%	1.441.659,01	4,7%
Endividamento Líquido (1)-(2)	6.562.385,04	6.800.029,70	7.473.881,11	6.135.993,24	5.910.733,52	5.320.944,95	7.790.411,36	-10,0%	7.790.411,36	46,4%

* Para cálculo do end. líquido não entram as contas 2745 e 2749.



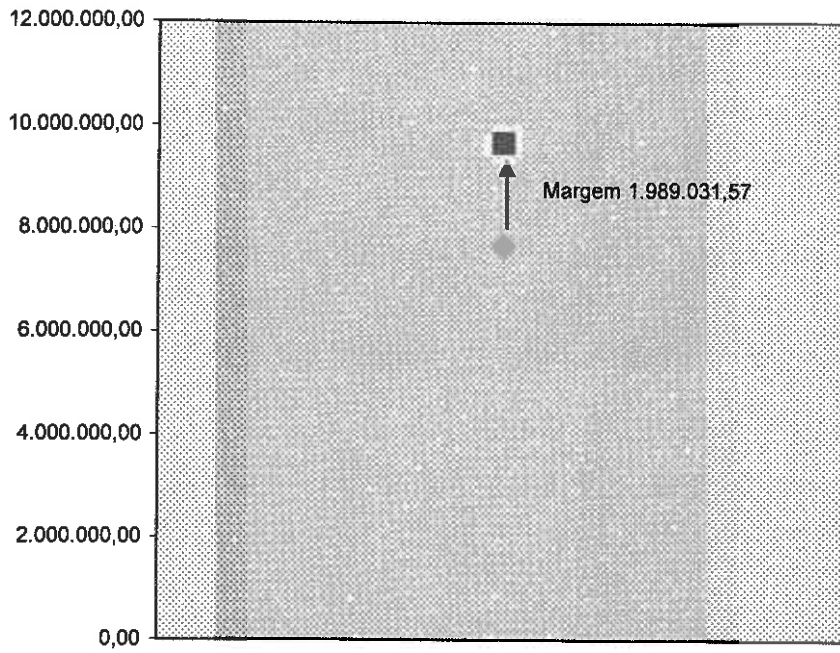
Do quadro acima podemos concluir que, em 2009 o endividamento líquido sofre um acréscimo significativo (46,4%), originado sobretudo pela acumulação de dívidas de fornecedores, originada pelo crescente de obras infra-estruturantes em curso sem correspondência em termos de receita, nomeadamente de participações comunitárias.

No quadro seguinte apresenta-se o apuramento da situação de endividamento no final de 2009, onde se comparam os valores registados no Município e os limites comunicados pela DGAL acima referidos:

Apuramento da Situação de Endividamento no final do ano 2009			
Designação	Montante	Observações	
Total endividamento bancário curto prazo	532.155,31	(A) = Saldo credor conta 2311	
Capital em dívida de médio e longo prazos	3.819.949,93	(B) = Saldo credor conta 2312	
Total Endividamento Líquido	7.790.411,36	(C) = Passivos - Activos	
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento	119.949,93	(D)	
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	3.700.000,00	(E) = (B) - (D)	
Endividamento líquido a considerar	7.670.461,43	(F) = (C) - (D)	
Limites endividamento municipal			
Endividamento de curto prazo	772.759,00	(G)	
Endividamento de médio e longo prazos	7.727.594,00	(H)	
Endividamento líquido	9.659.493,00	(I)	
Situação face aos limites			
Endividamento de curto prazo	Excesso	0,00	(J) = Excesso, se (A) > (G);
	Margem	240.603,69	(J) = Margem, se (A) < (G)
Endividamento de médio e longo prazos	Excesso	0,00	(K) = Excesso, se (E) > (H);
	Margem	4.027.594,00	(K) = Margem, se (E) < (H)
Endividamento líquido	Excesso	0,00	(L) = Excesso, se (F) > (I);
	Margem	1.989.031,57	(L) = Margem, se (F) < (I)

Do quadro do apuramento da situação de endividamento líquido constata-se facilmente que todos os limites foram cumpridos, existindo, para cada tipo de endividamento, margem.

Margem para o Endividamento Líquido do Município de Arganil



[Handwritten signatures and initials]

5. Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os activos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

A estrutura patrimonial do Município de Arganil, no final de 2009, bem como a sua comparação com os exercícios de 2008 e 2007 estão representadas no quadro abaixo, de onde se verifica que:

- O activo líquido registou um acréscimo 13,24%, o qual se deve essencialmente ao aumento dos Bens do Domínio Público e Imobilizações Corpóreas (foram registados alguns bens que ainda não estavam reflectidos no Balanço Inicial, bem como outros na posse do Município depois de 2002, mas que ainda não constavam do inventário);
- A estrutura do balanço evidencia que o activo fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do município noutras entidades representam a grande maioria do activo (97,24%);
- Esta estrutura reflecte o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua conseqüente materialização em bens duradouros;
- O total das amortizações de 2009 ascendeu ao montante de 14.802.291,60€;
- Das obras em curso em 2009, a maior parte foram concluídas neste mesmo ano, verificando já neste ano as amortizações respectivas;
- Nas dívidas de terceiros de curto prazo estão registadas as comparticipações financeiras comunitárias e nacionais, de pedidos de pagamento já efectuados, no âmbito dos contratos programa aprovados ou cujos processos de candidatura ainda não estão encerrados. Estão também registadas nesta conta as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos;
- O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do activo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respectivas tenham ocorrido em 2009;

- Os Fundos Próprios aumentaram 6,33% relativamente ao ano de 2008;
- O valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, transferindo 834.962,79 do resultado de 2008, e por outro a regularizações do Balanço Inicial;
- O valor das Reservas em semelhança ao do Património resulta da aplicação do Resultado Líquido de 2008, aprovada em Assembleia Municipal;
- Na rubrica - resultados transitados estão reflectidas as correcções ao património municipal;
- O resultado líquido foi positivo no valor de 814.697,83€, registando um decréscimo relativamente a 2008 de 7,31%;

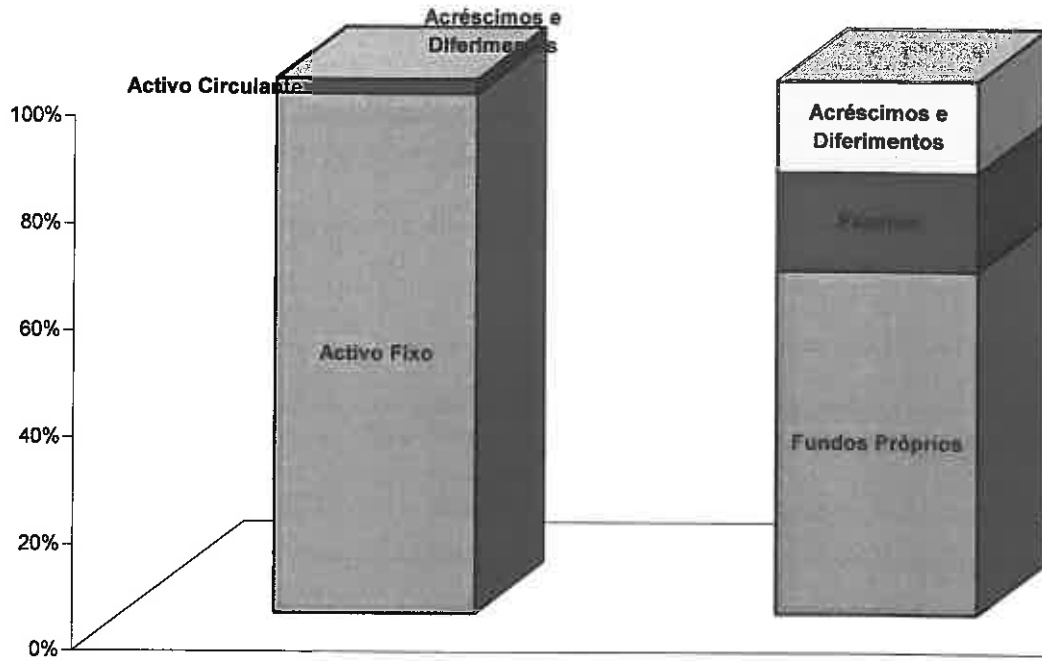
- O passivo regista um acréscimo de 28,12%, relativamente ao ano anterior, devido sobretudo ao aumento das dívidas a fornecedores conta corrente e a fornecedores de imobilizado;
- O passivo de médio e longo prazo diminuiu como consequência das amortizações de capital, dos empréstimos contratados, efectuadas no ano de 2009;
- O valor dos empréstimos de curto prazo respeita às amortizações previstas para 2010;
- O aumento substancial da dívida a fornecedores de imobilizado é fruto das obras estruturantes em curso, nomeadamente, Requalificação e Beneficiação da Rede Viária Municipal, Requalificação do Sub Paço, Requalificação de Espaços Exteriores e Redes Viárias no Piódão, Beneficiação de Acessibilidades ao Piódão, entre outras;
- O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do passivo, respeita a:
 - Acréscimo de custos - custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só vem a incorrer em exercício ou exercícios posteriores. O valor desta conta de 421.521,51€, compreende essencialmente os encargos com subsídio de férias a pagar em 2010, em obediência ao Princípio Contabilístico da Especialização dos Exercícios;
 - Proveitos Diferidos - compreende os proveitos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, embora as receitas sejam creditadas no ano económico em vigor. O saldo desta conta, de 7.791.107,84€, respeita aos subsídios para investimento que a autarquia teve direito, já contabilizados como receita, mas que só irão ser imputados como proveitos, nos exercícios em que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam;

R
de
19/10
RPMS
Isauro
M

Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

Designação	2007		2008		2009		Variação 09/08	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Imobilizado	38.826.120,70	97,31%	40.594.802,25	96,91%	46.127.164,03	97,24%	5.532.361,78	13,63%
1.1 Bens do Domínio Público	20.748.829,18	52,00%	21.242.146,01	50,71%	23.499.261,85	49,54%	2.257.115,84	10,63%
1.2 Imobilizações Incorporáveis	90.204,40	0,23%	136.470,74	0,33%	383.888,57	0,81%	247.417,83	181,30%
1.3 Imobilizações Corpóreas	17.748.730,17	44,48%	18.985.310,52	45,32%	22.013.138,63	46,41%	3.027.828,11	15,95%
1.4 Investimentos Financeiros	238.356,95	0,60%	230.874,98	0,55%	230.874,98	0,49%	0,00	0,00%
2. Circulante	1.023.083,99	2,56%	1.118.245,95	2,67%	1.216.168,93	2,56%	97.922,98	8,76%
2.1 Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	174.737,93	0,44%	150.423,02	0,36%	99.239,36	0,21%	-51.183,66	-34,03%
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo	64.117,71	0,16%	404.852,94	0,97%	648.950,51	1,37%	244.097,57	60,29%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	784.228,35	1,97%	562.969,99	1,34%	467.979,06	0,99%	-94.990,93	-16,87%
3. Acréscimos e Diferimentos	51.103,19	0,13%	178.028,08	0,42%	93.659,02	0,20%	-84.369,06	-47,39%
Activo (1+2+3)	39.900.307,88	100,00%	41.891.076,28	100,00%	47.436.991,98	100,00%	5.545.915,70	13,24%
4. Património	26.470.425,88	95,47%	27.410.737,59	95,83%	28.278.411,97	92,98%	867.674,38	3,17%
5. Reservas	265.917,39	0,96%	314.851,97	1,10%	358.797,38	1,18%	43.945,41	13,96%
6. Resultados Transitados	10.554,73	0,04%	0,00	0,00%	962.102,03	3,16%	962.102,03	0,00%
7. Resultado Líquido do Exercício	978.691,56	3,53%	878.908,20	3,07%	814.697,83	2,68%	-64.210,37	-7,31%
Fundos Próprios (4+5+6+7)	27.725.589,56	100,00%	28.604.497,76	100,00%	30.414.009,21	100,00%	1.809.511,45	6,33%
8. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	4.902.342,21	40,27%	4.360.353,85	32,82%	3.819.949,93	22,44%	-540.403,92	-12,39%
8.1 Dívidas a instituições de crédito	4.902.342,21	40,27%	4.360.353,85	32,82%	3.819.949,93	22,44%	-540.403,92	-12,39%
9. Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.728.909,72	14,20%	1.934.522,13	14,56%	4.990.403,49	29,32%	3.055.881,36	157,97%
9.1 Empréstimos de curto prazo	577.306,07	4,74%	541.988,35	4,08%	532.155,31	3,13%	-9.833,04	-1,81%
9.2 Fornecedores, c/c	333.987,84	2,74%	558.388,49	4,20%	970.427,95	5,70%	412.039,46	73,79%
9.3 Fornecedores de imobilizado, c/c	313.690,18	2,58%	409.881,52	3,08%	3.009.938,94	17,68%	2.600.057,42	634,34%
9.4 Estado e outros entes públicos	41.327,38	0,34%	36.567,11	0,28%	37.059,87	0,22%	492,76	1,35%
9.5 Administração autárquica	97.236,70	0,80%	24.434,36	0,18%	22.041,11	0,13%	-2.393,25	-9,79%
9.6 Outros credores	365.361,55	3,00%	363.262,30	2,73%	418.780,31	2,46%	55.518,01	15,28%
10. Acréscimos e Diferimentos	5.543.466,39	45,53%	6.991.702,54	52,62%	8.212.629,35	48,24%	1.220.926,81	17,46%
Passivo (8+9+10)	12.174.718,32	100,00%	13.286.578,52	100,00%	17.022.982,77	100,00%	3.736.404,25	28,12%
Fundos Próprios e Passivo	39.900.307,88		41.891.076,28		47.436.991,98		5.545.915,70	

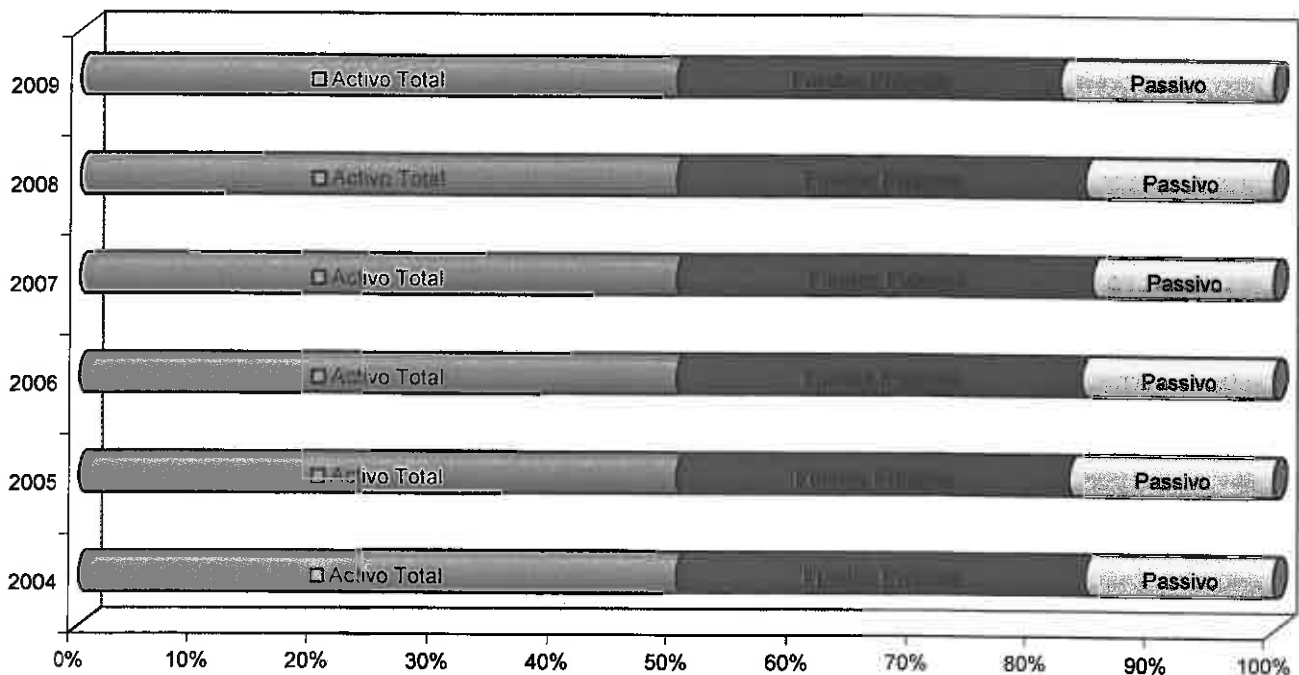
Estrutura do Balanço 2009



Handwritten signatures and initials:
 9
 J. Costa
 P. J.
 R. P.
 A. B.
 J. M.

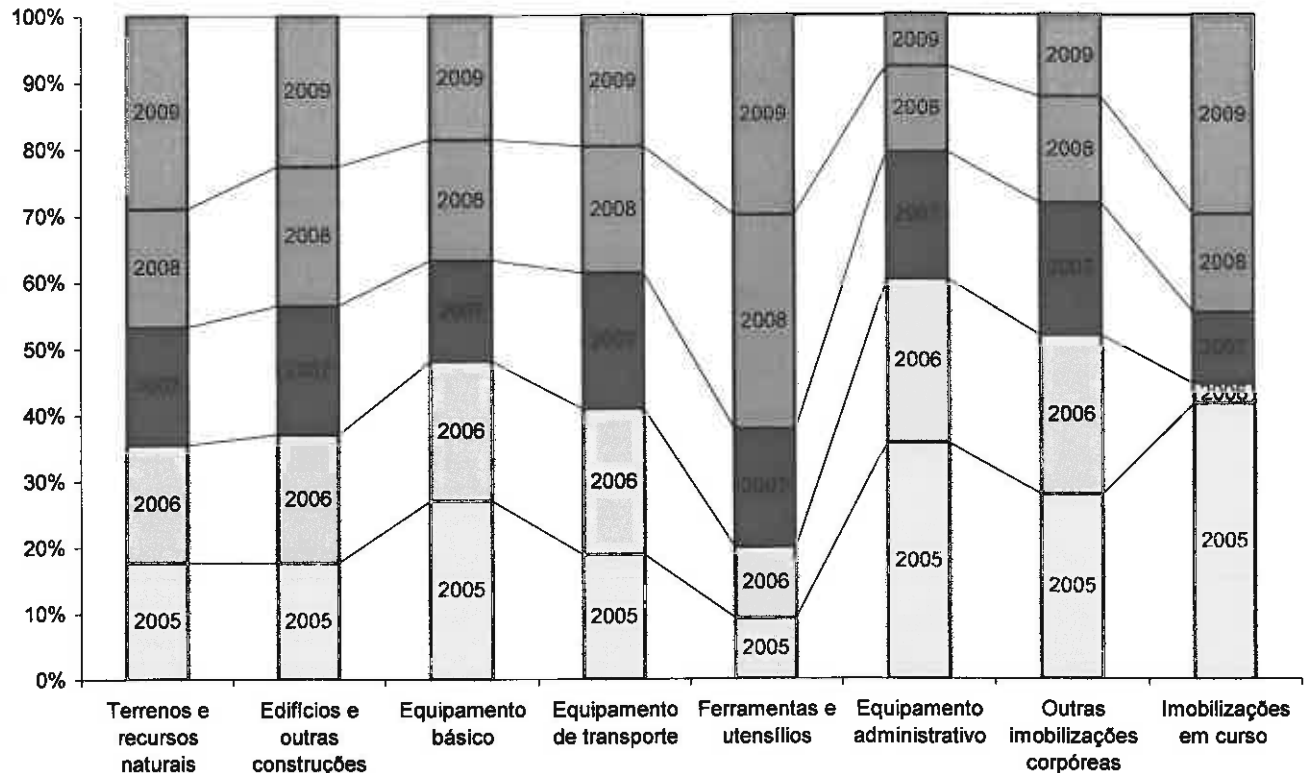
No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 6 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:

Estrutura do Balanço



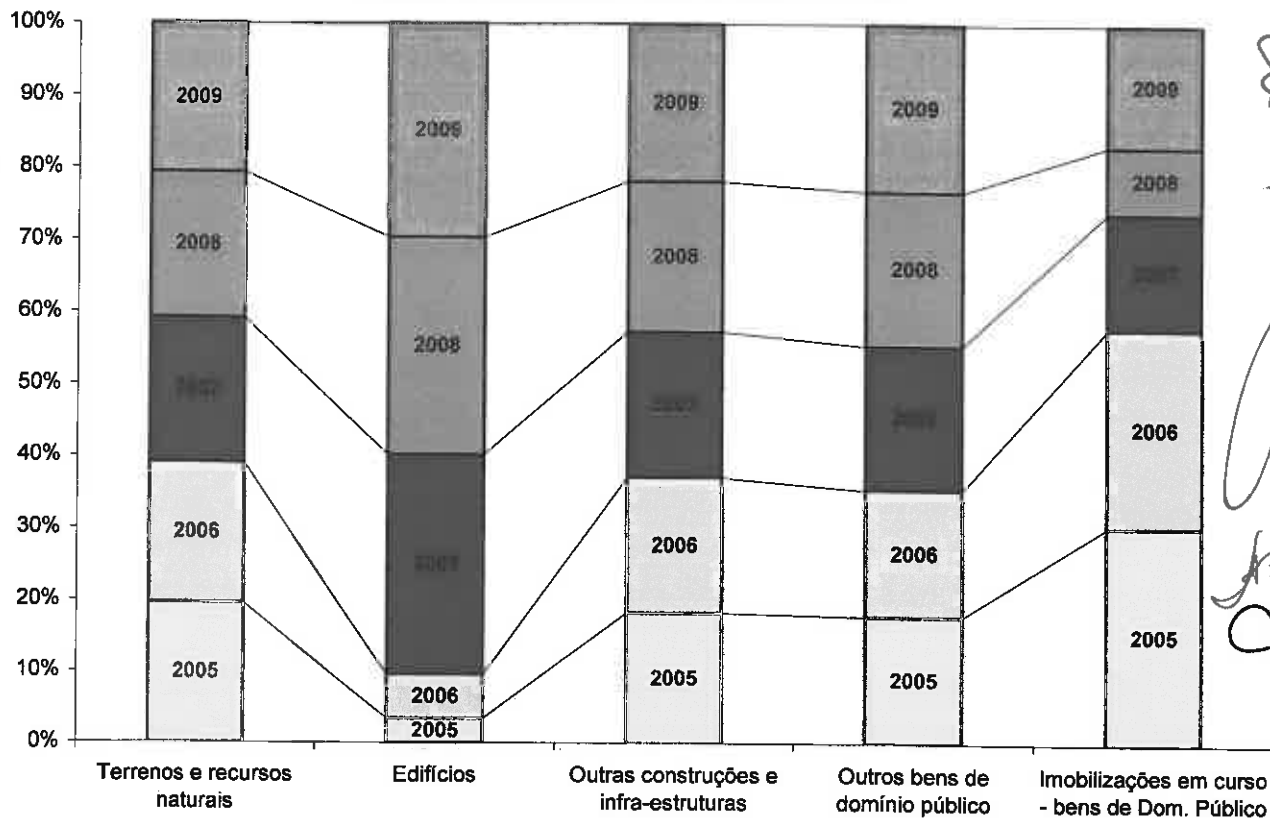
Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos bens de domínio público, nos últimos 5 anos:

Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas



Evolução do Investimento em Imobilizações Corpóreas						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Terrenos e recursos naturais	2.287.248,03	2.434.537,23	2.444.465,10	2.445.969,10	2.445.969,10	3.993.524,21
Edifícios e outras construções	11.518.822,12	12.757.260,15	13.993.779,48	13.996.062,54	15.167.639,33	16.294.485,68
Equipamento básico	553.153,00	463.727,31	361.147,96	261.380,80	310.727,52	318.773,14
Equipamento de transporte	607.287,73	565.302,13	661.195,69	614.923,27	569.941,43	587.735,96
Ferramentas e utensílios	587,39	5.734,25	6.667,91	11.141,92	20.084,73	18.644,81
Equipamento administrativo	216.957,68	286.219,76	197.103,92	152.927,39	103.233,65	60.957,89
Outras imobilizações corpóreas	1.747,37	1.528,10	1.308,83	1.089,58	876,66	663,76
Imobilizações em curso	206.309,55	1.033.298,78	73.476,06	265.235,57	366.838,10	738.353,18
Total	15.392.112,87	17.547.607,71	17.739.144,95	17.748.730,17	18.985.310,52	22.013.138,63

Evolução do Investimento - Bens de Domínio Público



Evolução do Investimento - Bens de Domínio Público

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Terrenos e recursos naturais	558.623,94	565.925,94	565.925,94	583.925,94	583.925,94	596.296,11
Edifícios	2.078,65	2.052,00	3.723,70	18.647,71	18.342,93	17.927,52
Outras construções e infra-estruturas	2.814.792,30	3.254.808,11	3.358.290,82	3.610.514,46	3.719.806,93	3.889.713,16
Outros bens de domínio público	13.290.599,25	13.256.332,44	13.169.403,04	14.935.444,61	15.998.210,35	17.326.518,15
Imobilizações em curso - Bens de Dom. Público	3.327.021,83	3.013.877,22	2.732.513,66	1.600.296,46	921.859,86	1.668.806,91
Total	19.993.115,97	20.092.995,71	19.829.857,16	20.748.829,18	21.242.146,01	23.499.261,85

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da actividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respectiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

A actividade desenvolvida ao longo do ano 2009 registou total de custos, no valor de 11.038.927,948€, e um total de proveitos no valor de 11.853.625,77€, que originaram um resultado líquido de 814.697,83€.

Designação	2008	2009	Variação	
			Valor	%
Resultados Operacionais	278.402,21	93.576,99	-184.825,22	-66,39%
Resultados Financeiros	490.250,13	907.028,11	416.777,98	85,01%
Resultados Correntes	768.652,34	1.000.605,10	231.952,76	30,18%
Resultado Líquido do Exercício	878.908,20	814.697,83	-64.210,37	-7,31%

Os proveitos operacionais em 2009 continuam a ultrapassar os custos da mesma natureza, traduzindo-se num resultado operacional de 93.576,99€. A diminuição destes resultados reflecte a política de investimento municipal, seguida pelo aumento das amortizações legais dos bens.

Os resultados financeiros verificaram um aumento relativamente a 2008, fruto por um lado da diminuição dos encargos financeiros e por outro de um aumento das receitas.

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução negativa registando o valor negativo em 2009 de 185.907,27€.

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de 814.697,83€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.

Custos

À semelhança dos anos transactos, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 34,49% e 25,40%, respectivamente.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2009 que ascendeu a 241.388,70€.

A redução dos custos e perdas financeiras resulta da baixa das taxas de juro.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram um aumento em 2009 como resultado de algumas perdas em imobilizações.

Proveitos

A actividade desenvolvida originou um total de proveitos de 11.853.625,77€, os quais cresceram 8,03% comparativamente a 2008.

A Venda e prestação de serviços representam 7% dos proveitos contabilizados e registaram um acréscimo de 0,6%.

Os trabalhos que o Município realizou para si mesmo, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito, e que se destinam ao seu imobilizado, encontram-se reflectidos na conta Proveitos para a Própria Entidade.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 59,60% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 1.051.420,49€, dos quais 945.018,03€ correspondem a rendimentos das concessões (EDP e Parques Eólicos).

O valor dos proveitos extraordinários representa 9,33% do total da estrutura dos proveitos.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Contas POCAL	Exercícios			
	2009		2008	
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			0,00	
61			0,00	
612 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias	241.388,70	241.388,70	200.606,24	200.606,24
62 Fornecimentos e serviços externos	2.804.087,44		2.798.609,38	
Custos com o pessoal:				
641+642 Remunerações	3.127.089,99		3.041.351,52	
643 a 646 Encargos sociais	680.399,45	6.611.576,88	570.233,89	6.410.194,79
63 Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações	536.413,60	536.413,60	447.447,09	447.447,09
66 Amortizações do exercício	2.160.152,30		1.911.195,89	
67 Provisões do exercício	0,00	2.160.152,30	0,00	1.911.195,89
65 Outros custos e perdas operacionais	53.079,74	53.079,74	31.651,68	31.651,68
(A)		9.602.611,22		9.001.095,69
68 Custos e perdas financeiras	144.392,38	144.392,38	263.927,36	263.927,36
(C)		9.747.003,60		9.265.023,05
69 Custos e perdas extraordinárias	1.291.924,34	1.291.924,34	828.593,18	828.593,18
(E)		11.038.927,94		10.093.616,23
88 Resultado líquido do exercício	0,00	814.697,83	0,00	878.908,20
		11.853.625,77		10.972.524,43
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111 Vendas de mercadorias	0,00		14.553,73	
112+711 Vendas de produtos	364.784,25		297.734,29	
712 Prestações de serviços	351.986,93		378.642,67	
713 Outros Serviços	63.692,85		62.201,35	
715 Reembolsos e Restituições	-914,51		-825,12	
716 Anulações	0,00		-823,39	
714 Outras Receitas Correntes	27.345,51	806.895,03	50.638,12	802.121,65
72 Impostos e taxas	1.416.368,39		1.607.449,57	
Variação da produção	0,00		0,00	
75 Trabalhos para a própria entidade	408.064,62		0,00	
73 Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 Transferências e subsídios obtidos	7.064.860,17		6.866.798,19	
76 Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.889.293,18	3.128,49	8.477.376,25
(B)		9.696.188,21		9.279.497,90
78 Proveitos e ganhos financeiros	1.051.420,49	1.051.420,49	754.177,49	754.177,49
(D)		10.747.608,70		10.033.675,39
79 Proveitos e ganhos extraordinários	1.106.017,07	1.106.017,07	938.849,04	938.849,04
(F)		11.853.625,77		10.972.524,43

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)	-----	93.576,99
Resultados Financeiros: (D-B)- (C-A)	-----	907.028,11
Resultados Correntes: (D)- (C)	-----	1.000.605,10
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-----	814.697,83

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Activo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2009 seja transferido para a conta 59 e depois aplicado da seguinte forma:

Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	
Saldo conta 59	962.102,03
RLE 2009	814.697,83
Total	1.776.799,86
Reservas Legais 5%	40.734,89
Reforço de Património	1.736.064,97

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'RPA' and 'A3002']

7. Factos relevantes ocorridos após o exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2010 releva-se o facto da contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Saneamento Financeiro, no montante de 4.100.000,00€, que se encontra para visto do Tribunal de Contas.

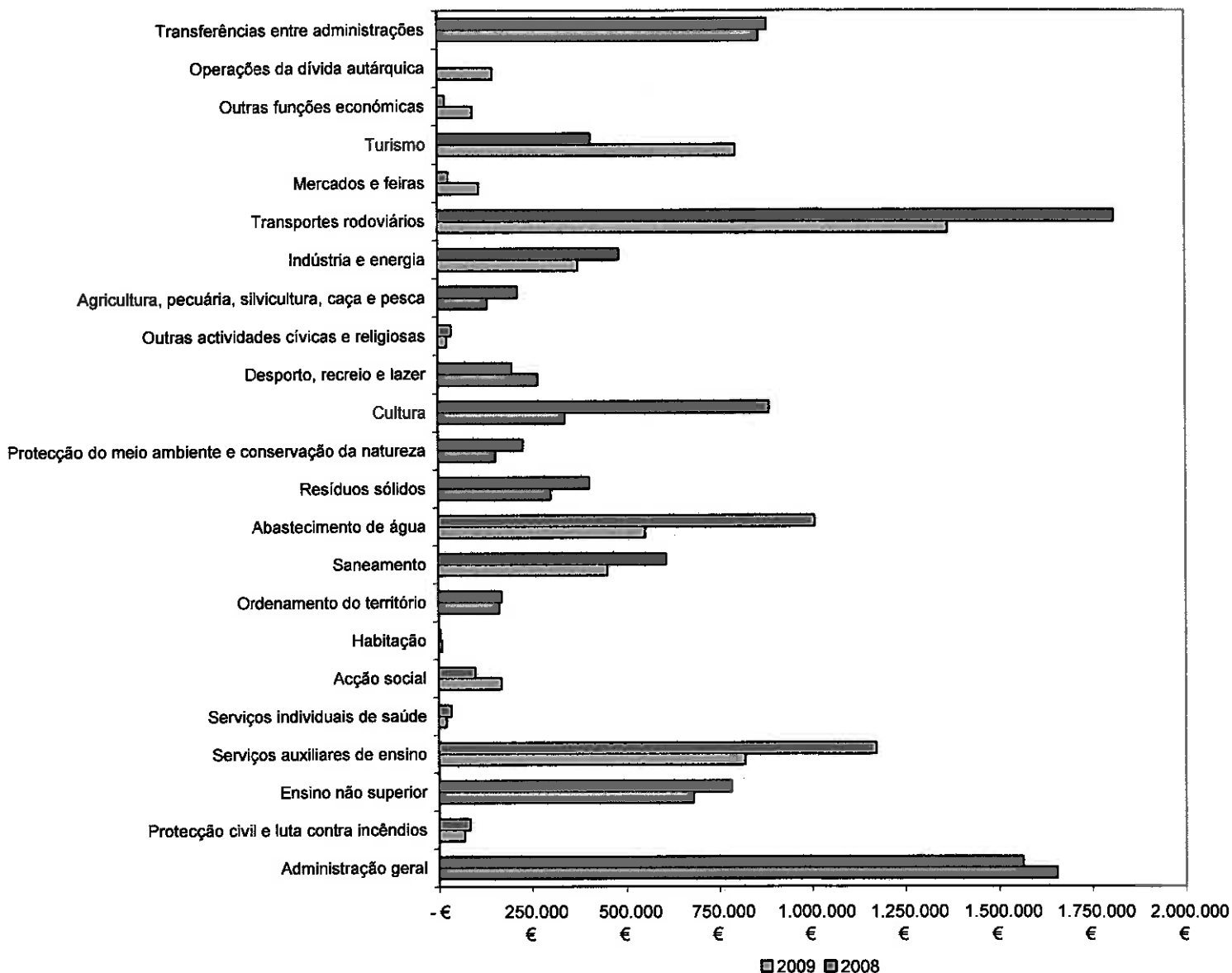
8 - Contabilidade de Custos

Em cumprimento ao determinado no ponto 2.8.3 do POCAL deu-se início à implementação da Contabilidade de Custos em 2009, o que permitiu apurar custos por funções e bens e serviços.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos directos, indirectos e não incorporáveis. Dentro dos custos directos encontram-se os custos com Mão-de-Obra e Máquinas e Viaturas. Estes custos são previsionais, baseados em dados do ano anterior.

A Contabilidade de Custos permite apurar custos por bens e serviços; no entanto tal análise seria muito exaustiva pelo que se optou pela apresentação dos custos por Funções, como se poderá observar na tabela seguinte:

Funções 2009		
	Custo por funções	%
1 Funções Gerais	1.720.284,44 €	18,03%
110 Serviços gerais de administração pública	1.653.229,81 €	17,33%
111 Administração geral	1.653.229,81 €	17,33%
120 Segurança e ordem públicas	67.054,63 €	0,70%
121 Protecção civil e luta contra incêndios	67.054,63 €	0,70%
2 Funções sociais	3.936.397,22 €	41,26%
210 Educação	1.498.371,71 €	15,71%
211 Ensino não superior	680.365,55 €	7,13%
212 Serviços auxiliares de ensino	818.006,16 €	8,57%
220 Saúde	19.384,71 €	0,20%
221 Serviços individuais de saúde	19.384,71 €	0,20%
230 Segurança social	167.037,50 €	1,75%
232 Acção social	167.037,50 €	1,75%
240 Habitação e serviços colectivos	1.625.048,55 €	17,03%
241 Habitação	8.312,94 €	0,09%
242 Ordenamento do território	162.135,30 €	1,70%
243 Saneamento	450.676,82 €	4,72%
244 Abastecimento de água	550.957,81 €	5,78%
245 Resíduos sólidos	300.048,44 €	3,15%
246 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	152.917,24 €	1,60%
250 Serviços culturais, recreativos e religiosos	626.554,75 €	6,57%
251 Cultura	338.189,74 €	3,55%
252 Desporto, recreio e lazer	265.954,27 €	2,79%
253 Outras actividades cívicas e religiosas	22.410,74 €	0,23%
3 Funções económicas	2.874.316,01 €	30,13%
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	131.397,45 €	1,38%
320 Indústria e energia	374.158,26 €	3,92%
330 Transportes e comunicações	1.365.316,44 €	14,31%
331 Transportes rodoviários	1.365.316,44 €	14,31%
340 Comércio e turismo	910.044,18 €	9,54%
341 Mercados e feiras	111.395,27 €	1,17%
342 Turismo	798.648,91 €	8,37%
350 Outras funções económicas	93.399,68 €	0,98%
4 Outras funções	1.008.775,19 €	10,57%
410 Operações da dívida autárquica	147.977,10 €	1,55%
420 Transferências entre administrações	860.798,09 €	9,02%
Total	9.539.772,86 €	100,00%



Como podemos observar pela tabela e pelo gráfico, as Funções Sociais representam cerca de 41% dos custos do Município, de salientar a Educação com custos totais na ordem de um milhão e quatrocentos e noventa e oito mil euros, o Saneamento com cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, o Abastecimento de Água com perto de quinhentos e cinquenta e um mil euros e os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos com cerca de seiscentos e vinte e seis mil euros.

De seguida podemos realçar as Funções Económicas com cerca de 30% do total de custos, destas os custos com os Transportes Rodoviários registam um valor na ordem de um milhão e

trezentos e sessenta e cinco mil euros, seguidos do Turismo com perto de setecentos e noventa e nove mil euros e a Industria e Energia com trezentos e setenta e quatro mil euros.

As Funções Gerais representam cerca de 18%, estando aqui incluídas as despesas inerentes à Administração Geral.

Por último temos as Outras Funções com cerca de 10,57%, este valor refere-se a Transferências entre Administrações na ordem dos oitocentos e sessenta mil euros e as Operações de Dívida Autárquica com cerca de cento e quarenta e oito mil euros, este valor refere-se a juros e outras despesas bancárias inerentes a empréstimos.

Relativamente ao ano anterior as funções onde existem maiores diferenças são:

- Serviços Auxiliares de Ensino, de 2008 para 2009 os custos diminuíram na ordem dos trezentos e cinquenta e dois mil euros, destes cento e dezanove mil euros referem-se a diferenças nos custos de mão-de-obra directa e máquinas ou viaturas, para esta diminuição contribuiu em muito a diferença verificada no desvio dos custos das viaturas de transportes escolares no ano de 2008.

- Abastecimento de água, de 2008 para 2009 os custos diminuíram cerca de quatrocentos e cinquenta e sete mil euros, nesta diferença duzentos e seis mil euros referem-se à diminuição de custos com mão-de-obra directa e máquinas ou viaturas.

- Cultura, os custos diminuíram quinhentos e quarenta e seis mil euros, tal facto deve-se a que no ano passado considerou-se nesta função as feiras e festas que este ano foram consideradas na Função 342 – Turismo.

- Transportes Rodoviários, tem uma diferença de 2008 para 2009 de menos quatrocentos e quarenta e cinco mil euros, que se referem na sua maioria a uma diminuição dos custos de mão-de-obra directa e máquinas e viaturas em duzentos e vinte mil euros.

- Turismo, os custos aumentaram em trezentos e noventa mil euros, tal facto deve-se essencialmente a termos considerado, este ano, nesta função as feiras e festas e os museus.

9. Considerações Finais

O ano económico de 2009 terminou com um saldo de gerência de 467.979,06€, sendo 139.956,66€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 328.022,40€ relativos a saldo de operações de tesouraria.